



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**Há surdos e Surdos: corpo e controvérsias no caso do implante  
coclear.**

Thayana Cristhina Cavalcante

2011

**BRASÍLIA**

**2011**

THAYANA CRISTHINA CAVALCANTE

**Há surdos e Surdos: corpo e controvérsias no caso do implante  
coclear.**

Monografia apresentada junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk– DAN/UnB

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Soraya Resende Fleischer

“O implante é mesmo um computador. Um objeto frio, rígido, e digital a ser incrustado em minha pele quente, mole e úmida. Como isso sequer é *possível*? Como uma junção como esta pode não obscuramente, mas permanentemente *machucar*, corpo e cérebro violados pela linguagem forasteira de zeros e uns<sup>1</sup>?”  
[Tradução minha] (CHOROST, 2005, p.08)

---

1 The implant really is a computer. Its cold, angular, and digital, yet its going to be embedded in my flesh, which is warm, squishy, and wet. How is that even *possible*? How can a joining like that not obscurely but permanently *hurt*, the body and brain outraged by the alien language of 0 and 1 ?

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que deseja minha felicidade acima das outras coisas.

Ao meu pai, que, do jeito dele, é um grande amigo.

Ao Daniel, pelo apoio incondicional e carinho infinito.

À prof<sup>a</sup> Antonádia Monteiro Borges, que, sem saber, me iluminou no momento mais escuro da minha graduação.

A todos os que sabem o significado da palavra “perdidos” e o que é uma roda de cassino.

Aos amigos de longa data, que sobrevivem ao tempo.

À equipe Pé na Trilha.

Ao meu padrinho de curso Eduardo e às poucas amigas das Sociais.

Ao Fernando, que me levou à minha primeira aula de Libras e abriu meu universo de pesquisa.

Aos professores Kelly e Carlos, que me incentivaram à pesquisa antes mesmo da orientação.

Ao seu Odaildo, ao casal Preto e ao casal Andrade, pais incansáveis.

Ao Pe. Giuseppe Rinaldi, que mesmo com apreensão aceitou a minha pesquisa.

À fonoaudióloga Ângela Alves, que reservou alguns de seus preciosos e corridos minutos para me auxiliar na pesquisa, e a todas as fonoaudiólogas do CEAL.

Ao casal Buzar, por sua luta acadêmica, política e educacional.

Ao Tiago, à Keilloana, ao João Paulo, ao Paulo Roberto, ao Messias, ao Tádziu e à Fernanda, surdos amigos e surdos que me inspiraram.

Aos intérpretes da pastoral, da UnB e dos congressos, que lutam por melhores condições de trabalho.

## RESUMO

A visão e a audição são eleitas na nossa sociedade ocidental as principais modalidades sensoriais de apreensão de sistemas comunicativos. O presente trabalho pretende traçar um panorama do contexto dos surdos em Brasília, em que duas abordagens teórico metodológicas (uma com traços marcadamente individualistas e outra com traços holistas) se destacam, tendo como pano de fundo o corpo como preocupação principal a partir da relação de seu significado construído numa sociedade ocidental científica que lida com artefatos técnicos; e tomando como foco para análise o caso do implante coclear (também conhecido como ouvido biônico) em Brasília. O trabalho objetiva desenvolver uma compreensão da relação entre técnica, corpo e identidade no contexto do campo de pesquisa, a partir do contraste entre sociedade ouvinte e vidente, surdos implantados, Surdos que rejeitam o implante e cegos. Observo que só é possível entender o contexto e formular qualquer espécie de política de inclusão a partir da desnaturalização dos sentidos e da relativização das noções de corpo e Pessoa, entendendo que o que é colocado em jogo no campo etnográfico da surdez é a definição desta como “cultura” e a aceleração tecnológica em direção à construção literal do ciborgue através do implante coclear.

**Palavras-chave: Surdez; Implante coclear; Libras; Pessoa; Individualismo; Holismo;**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1</b> – Esquema do implante coclear.....	22
<b>Imagem 2</b> – Fotografia de criança com o implante coclear.....	22
<b>Imagem 3</b> – Fotografia do implante de córnea.....	36

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
O Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni.....	15
<b>CAPÍTULO 1 – Surdos e cegos: individualismo e corpo no Ocidente.....</b>	<b>24</b>
1.1 Surdez e cegueira.....	33
<b>CAPITULO 2 – Surdos e ouvintes: marcas da deficiência auditiva.....</b>	<b>38</b>
2.1 As noções de senso comum.....	39
2.2 Opiniões sobre o implante.....	46
2.3 A identidade dos pais de surdos.....	48
<b>CAPITULO 3 – Surdos e surdos: diferença e deficiência.....</b>	<b>51</b>
3.1 O Dia Nacional do Surdo como experiência de campo.....	51
3.2 Surdos com “s” minúsculo: o ouvido biônico.....	52
3.3 Surdos com “S” maiúsculo: minoria lingüística.....	58
3.4 Surdos versus surdos: um conflito “interétnico”?.....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO - Indivíduo, corpo e técnica na (super)modernidade

“O corpo não é mais apenas, em nossas sociedades contemporâneas, a determinação de uma identidade intangível, a encarnação irreduzível do sujeito, o *ser-no-mundo*, mas uma construção, uma instância de conexão, um terminal, um objeto transitório e manipulável suscetível de muitos emparelhamentos”  
(LE BRETON, 2009 [1999] p. 28)

O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem (MAUSS, 2003, p.407). O ser humano desenvolveu ao longo de sua evolução histórica técnicas que se baseavam no uso do corpo como principal instrumento, apropriou-se de artefatos, inseriu-os em seu esquema corporal e aprimorou suas tecnologias, num processo de recriação constante do espaço técnico de seu ambiente e das interações com objetos técnicos.

Nas sociedades ocidentais em geral, a tecnologia estabelece relações cada vez mais estreitas com o corpo, e objetos técnicos são literalmente incorporados à Pessoa. Próteses e implantes são uma realidade geradora de novos significados e novas relações, conforme parâmetros de evolução técnica e inserção na base de valores específicos de uma sociedade. A presente dissertação apresenta como pano de fundo o corpo como preocupação principal a partir da relação de seu significado construído numa sociedade ocidental científica que lida com artefatos técnicos, tomando como foco de análise o caso do implante coclear (também conhecido como ouvido biônico) em Brasília.

Nas Ciências Sociais, Hertz (1980 [1909]) inaugura as preocupações com o corpo através do estudo da preeminência da mão direita, partindo do pressuposto de que é incompleta a explicação que atribui à mão direita uma superioridade pré-determinada biologicamente, e demonstra que o fator determinante está na relação entre sagrado e profano. A própria divisão em direita e esquerda é questionada e apontada como uma herança cartesiana que organiza o pensamento humano na forma de categorias opostas. Em *The two bodies*, Mary Douglas (1973) se refere ao controle corporal como reflexo de um controle social, onde o corpo atuaria como um microcosmo da sociedade. Ainda que pressuponha o todo como anterior à sociedade, as discussões suscitadas pela autora propuseram maiores análises que focassem o corpo humano e suas relações no contexto das Ciências Sociais.

Uma perspectiva que auxilia o estudo antropológico da concepção e das relações traçadas pelo símbolo do corpo é a de Pierre Bourdieu (2002). O autor propõe o conhecimento teórico sobre o mundo social através da perspectiva praxiológica, que possui a relação dialética entre as estruturas e as disposições estruturadas que a atualizam e a reproduzem, numa crítica à postura objetivista, e introduz a noção de *habitus* como: (p. 60-1)

(...)sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser o produto de obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestrada, sem ser o produto da ação organizadora de um agente

Bourdieu sugere uma crítica ao estruturalismo em que se pese a influência que o indivíduo exerce em dar partida a novas configurações da estrutura da qual faz parte, ou seja, criar novas significações em sua semiosfera, mas sem recair puramente no subjetivismo. Dentro da noção de campo, um tipo de *habitus* predomina, e dentro da noção de *habitus*, há uma disputa por poder, mensurada pela dominação do capital simbólico.

O corpo se apresenta como experiência que reúne afetos, afeições, *habitus*, e observa--se a experiência corporal como ponto de partida para a análise cultural de como determinada estrutura de significados opera. Este indivíduo moderno seria o personagem atuante nas sociedades complexas moderno-industriais, marcadas por um acentuado aumento na produção e consumo; articulação de um mercado mundial; um espantoso processo de crescimento urbano; grandes inovações tecnológicas e pela forte legitimidade do discurso proveniente da biomedicina.

Le Breton (2002) afasta uma concepção naturalista de generalização das atribuições do corpo humano e concebe o corpo como uma construção simbólica, e não uma realidade em si mesma. Segundo o autor, houve diferentes representações do corpo ao longo da história humana, e o processo de criação do indivíduo se deu historicamente, com influência cartesiana. Num contexto ocidental individualista, em que o corpo é anatomizado, há um novo sentimento de ser indivíduo (p. 45):

Con el nuevo sentimiento de ser un individuo, de ser él mismo, antes de ser miembro de una comunidad, El cuerpo se convierte en la frontera precisa que marca la diferencia entre un hombre y outro.

Na presente análise entendo o conceito de corpo não como mero receptáculo de informações sensoriais ou realidade física perene, mas trabalho com a concepção de que o corpo é, símbolo, com relações estruturadas e estruturantes com outros valores e categorizações estabelecidas pela sociedade em que se foca a análise, no caso, uma sociedade ocidental pautada em valores individualistas, com estreitas relações entre corpo e técnica e que estabelece uma hierarquia de valores entre as formas de percepção visual e auditiva.

Para além de buscar nos pontos de observação distinções e enquadramentos de cunho opositor entre natureza e cultura, busco questionar a própria distinção e o borramento entre as duas categorias a partir dos contextos político, social e simbólico que compreendem o chamado *implante coclear* em Brasília, trabalhando a discussão em termos de comparações etnográficas entre ouvintes, surdos implantados, surdos não implantados que se pretendem parte de uma cultura específica por meio da “comunidade Surda” e cegos, observando inerências dos dois sentidos mais marcados em uma sociedade ocidental individualista.

Há que se considerar, neste ponto, que reconheço que falar em “sociedade individualista” pode vir a gerar certa atribuição do ponto de vista de valoração antropológica. Meu intento não é estagnar e tipificar o holismo e nem o individualismo como partes estruturadas da cultura ocidental, mas considerar que estes traços ideológicos manifestam alguns traços de distinção entre a sociedade brasileira como um todo e aquilo que no discurso nativo é chamado de “comunidade Surda”.

Os sentidos cognitivos, como partes do corpo e formas de conhecimento do mundo, também são objetos de valoração. De forma geral, as sociedades ocidentais opõem visão e audição, atribuindo à visão um caráter racional e científico, enquanto a audição é o sentido dos sentimentos e da subjetividade. Há abordagens antropológicas que observam a diferença intercultural a partir da diferença de peso que dão aos sentidos, contrastando, por exemplo, uma “sociedade visual” com outra “auditiva”.

Ingold (2008, p. 03) faz uma crítica à comparação entre culturas em termos de peso relativo que dão aos sentidos, que utiliza pré-concepções ocidentais e ressalta a oposição entre visão e audição. Para o autor, “olhar, ouvir e tocar, portanto, não são atividades separadas; elas são apenas facetas diferentes da mesma atividade: a do organismo todo em seu ambiente.” Outra incongruência apontada pelo autor se refere à naturalização da propriedade

dos sentidos. Ingold cita Zuckerkandl (1956), que sugere que a tradição ocidental resulta de um processo histórico, em que a visão é gradualmente distinta da audição.

Desnaturalizando os sentidos na perspectiva de Ingold (2008), admite-se, conquanto, que a observação insere-se numa sociedade ocidental pautada na distinção e na oposição cultural e histórica entre o que é visual e o que é auditivo, em que a visão exerce função significativa no que tange à produção de conhecimento científico, executando o papel de “sentido da empiria”, e que, tanto no caso da surdez quanto no da cegueira isto pode suscitar diferenças aparentemente inerentes, mas construídas a partir desta percepção de oposição entre sentidos.

Além disto, a partir do que observei em campo, optei por focar a análise em duas concepções distintas e conflitantes da surdez: a que concebe a falta da audição como *deficiência*, na perspectiva de “normalização” observada no discurso sociotécnico proveniente da biomedicina, e a perspectiva culturalista, que observa a surdez como uma *diferença cognitiva* produtora de sentidos próprios. O que me causou indagações logo no primeiro contato com o campo de pesquisa foi o fato de o implante coclear ser extremamente rejeitado por um segmento de surdos. Em Brasília, muitos surdos se sentem parte de uma “comunidade Surda”, com uma “cultura própria”, pelo fato de partilharem uma língua específica: a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Tânia Salem (1997) faz a utilização do termo “Pessoa” (com “P” maiúsculo) para se referir a uma entidade simbólica, em oposição a “indivíduo”, palavra escrita com inicial minúscula, com referência mais direta ao sujeito. Há, no campo teórico da surdez, uma diferenciação na grafia de “surdos” e “Surdos” (com “S” maiúsculo). Optei por adotar a mesma estratégia de distinção textual, sugerida em Sachs (2000, p.10) e utilizada por diversos pedagogos e psicólogos em seus escritos, em que quando a referência se faz à entidade lingüística e cultural, os termos relativos à surdez são grafados com “S” maiúsculo: Surdo, Surda, Surdez; enquanto as referências exclusivas à surdez como deficiência auditiva ou a ambos são grafadas em “s” minúsculo.

A percepção sensorial de cada indivíduo, somada às aquisições culturais da sociedade em que vive, configura formas diferentes e individuais de interpretar as informações do mundo. Os surdos possuem formas de aquisição lingüística diferentes das formas de aquisição de um cego ou de um ouvinte, que juntamente com outras implicações comuns da ausência da

audição levam alguns grupos a conceber a surdez como forma de percepção sensorial específica e não como uma deficiência. Em Ingold (2008, p. 04):

Pessoas cegas e surdas, como quaisquer outras, sentem o mundo com todo seu corpo e, como todas as outras também, elas têm que lidar com os recursos a elas disponíveis. Mas os seus recursos são mais limitados e para isso não há compensação alguma. [...] Não é como um bolo redondo do qual uma fatia substancial tenha sido cortada. É mais como um bolo menor

As referidas visões de surdez são as duas principais concepções observadas em campo, mas há que se considerar a correspondência entre seu conceito e os mais diversos graus e encaminhamentos da surdez, que acabam por individualizar sua “discapacidade” e inviabilizar sua categorização numa única proposta de adequação do referido déficit, como a língua de sinais. Para Mello (2007, p.383), “O grau de dificuldade manifestado por um indivíduo específico é peculiar a ele e está associado com a discapacidade que vivencia e não com a deficiência que a pessoa possa ter”. Em Sacks (2000 p.17), o termo “surdo” é vago, ou melhor, é “tão abrangente que nos impede de levar em conta os graus de surdez imensamente variados, graus que têm uma importância qualitativa e mesmo ‘existencial’.

Tratando-se de sociedades ocidentais, o chamado *individualismo* é um arcabouço teórico que fornece uma ferramenta conceitual de análise do *modus operandi* específico das sociedades no que se refere a relações estabelecidas entre pessoa, aos sentidos e formas cognitivas de apreensão das informações do ambiente e elucida formas de geração de sentido a partir do que é considerado deficiência, em relação ao não funcionamento “ideal” de um determinado sentido cognitivo, em foco, a surdez e a cegueira.

A observação em campo se relaciona com significações do acoplamento do artefato, com a transgressão de fronteiras que o mesmo significa em seu contexto específico no esquema corporal de sujeitos implantados e com a respectiva concepção de pessoa mediante a inovação técnica e a hibridação do corpo humano, no contexto do individualismo moderno ocidental, em que o indivíduo afirma-se como valor moral central de sistema simbólico. Salem (1997) usa o individualismo como pano de fundo de sua análise, que foca nos estudos de tecnologias reprodutivas, tendo como ponto de análise o estatuto moral do embrião. Para a autora:

No debate sobre o embrião, as tensões que cercam a noção ocidental de indivíduo também se manifestam. [...] Explorar de que maneira a noção de

indivíduo se imiscui no nosso modo de conceber o embrião permite, simultaneamente, desvelar aquilo que é ocultado nesse discurso (p. 78).

O individualismo é, portanto, elemento constitutivo da formação das identidades, porém, os limites corporais são cada vez mais desafiados pelo movimento da tecnologia, que imprime mais fluidez no conceito das fronteiras corporais. Alguns autores apontam para a necessidade de concepção de novas configurações de natureza, atreladas sempre à cultura, e para o reconhecimento de novas configurações humanas que não são estabelecidas sobre a perspectiva dicotômica de relações que impele aquilo que seja considerado não-humano. Para Donna Haraway (2000[1985], p. 70):

As tecnologias e os discursos científicos podem ser parcialmente compreendidos como formalizações, isto é, como momentos congelados das fluidas interações sociais que as constituem, mas eles devem ser vistos também como instrumentos para a imposição de significados. A fronteira entre ferramenta e mito, instrumento e conceito, sistemas históricos de relações sociais e anatomias históricas dos corpos possíveis (incluindo objetos de conhecimento) é permeável. Na verdade, mito e ferramenta são mutuamente constituídos.

A incorporação do implante coclear gera um novo esquema corporal, que adicionada ao grau de surdez e à intensidade e aproveitamento da fonoterapia<sup>2</sup> individualiza ainda mais a Pessoa. Não há como saber se um implantado conseguiu se adaptar bem ou não ao implante antes de alguns minutos de conversa, mas há inexoravelmente uma nova configuração corporal a partir do momento em que é feita a cirurgia e ativada<sup>3</sup> a neuroprótese, independentemente dos resultados do procedimento.

---

2 A Fonoterapia é uma espécie de treinamento que tem como objetivo propiciar a oralização do sujeito surdo, considerada absolutamente necessária para aqueles que se submetem à cirurgia de implante coclear. No centro em que fiz minha incursão, acompanhei algumas sessões com crianças de aproximadamente 2 a 4 anos. As sessões eram feitas em salas com diversos objetos infantis e vários tipos de brinquedos, de modo que a criança vocalizasse palavras que fizessem parte de seu universo infantil.

3 O implante não funciona imediatamente após a cirurgia. Ele precisa ser eletronicamente ativado após aproximadamente dois meses da intervenção.

Vivemos um momento que permite que a condição humana seja absolutamente alterada pelos efeitos das tecnologias, no início da era *pós-biológica* (DOMINGUES, 2004, p. 186). A partir de tecnologias que nos conectam a computadores e redes e utilizam o ciberespaço, o contexto social assume formas e significados em que a relação homem-objeto é a da plena e literal incorporação. A cibernética de Norbert Wiener em 1948 concebia que “certas funções de controle e de processamento de informações semelhantes em máquinas e seres vivos – e também, de alguma forma, na sociedade – são, de fato, equivalentes e redutíveis aos mesmos modelos e mesmas leis matemáticas” (KIM, 2004, p. 200).

Um Ciborgue é “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social, e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2000, p.36). No contexto das *tecnologias ciborguianas* (TADEU, 2000. p.12), os implantes e próteses existentes são em grande parte voltados à função de sanar perdas funcionais e sensoriais, ou reduzir deficiências. Em Nickel (2007, p.10), “Marca-passos e implantes cocleares são recursos médicos comuns hoje em dia, que prolongam e melhoram a vida de milhares de pacientes em todo o mundo, regulando seus batimentos cardíacos ou lhes dando um universo de sons”.

A cibernética<sup>4</sup> e a cibercultura transitam entre imaginário e real com cada vez mais intensidade. Vive-se hoje uma cultura intensamente marcada pelas tecnologias digitais e artefatos cada vez mais próximos daquilo que se tem como *orgânico*. Para além das relações de manipulação da tecnologia, implantes, próteses e ramificações eletrônicas do corpo humano são progressivamente tangíveis e adentram no cotidiano das pessoas, ultrapassam as fronteiras e embrenham-se no corpo humano, tornando a noção moderna de indivíduo cada vez mais maleável, e o *schema* corporal cada vez mais próximo da figura dos ciborgues. Há a noção de que homem e máquina não são essencialmente diferentes, e os produtos de certas tecnologias reorganizam alguns critérios de classificação fundamentais, como a noção de

---

4 No campo antropológico, a cibernética influenciou autores em sua concepção das ciências sociais. Segundo Joon Ko Kim (2004, p.203 e 204), a cibernética do antropólogo Gregory Bateson influenciou bastante o pensamento das ciências sociais, desenvolvendo “teorias onde as relações sociais poderiam ser vistas como comunicações entre membros co-dependentes cuja interação habitual é caracterizada por circularidades, oscilações, limites dinâmicos e feedback”. E na concepção estruturalista da sociedade, a cibernética subjacente à ciência da computação influencia o trabalho de Lévi-Strauss, vendo-a “como um sistema de comunicação baseado na troca de mensagens culturais de tipo binário”.

Pessoa e mesmo alguns aspectos da concepção individualista moderna de existência. Ortega (2007, p.382) evidencia a crescente maleabilidade da noção de corpo:

Os corpos tornam-se progressivamente biônicos por meio da incorporação de marcapassos, válvulas, quadris de titânio, olhos eletrônicos, implantes cocleares e todo tipo de próteses orgânicas e inorgânicas que marcam cada vez mais a interface entre corpo e máquina.

Uma pessoa que nasceu surda pode adquirir estruturas da língua portuguesa através da língua de sinais, mas a técnica não propicia exatamente o mesmo pensamento cognitivo do português. Se a opção é a cirurgia de implante coclear, há que se submeter a um longo trabalho de fonoterapia, e mesmo assim, a adaptação pode não ser bem sucedida. Processos de aprendizagem diferenciados e muitas vezes permeados por dificuldades foram vistos em todas as observações. Foram observados também diversos momentos críticos em que decisões precisaram ser tomadas, como forma de lidar com a falta de audição a partir de sua constatação. A busca pelo desenvolvimento da leitura orofacial, aprendizado da Língua de Sinais, utilização de amplificadores individuais, cirurgias de implante coclear e implante de tronco cerebral<sup>5</sup> são as técnicas mais comumente escolhidas para lidar com a ausência da audição.

O foco desse trabalho é, portanto, a compreensão da relação entre técnica, corpo e identidade no contexto da surdez, a partir do contraste entre sociedade ouvinte e vidente, surdos implantados, Surdos que rejeitam o implante e cegos, considerando que a visão e a audição são eleitas na nossa sociedade ocidental individualista as principais modalidades sensoriais de apreensão de sistemas comunicativos, e que a evolução tecnológica para as formas de se lidar com a deficiência auditiva geram cada vez mais opções às pessoas com algum grau de surdez.

Os Surdos possuem uma comunidade organizada que se pretende construtora de uma cultura própria, situação que não encontra correspondência no caso da cegueira. No primeiro capítulo contextualizo a discussão a partir do contraste entre a surdez e a cegueira, em termos

---

<sup>5</sup> O implante de tronco cerebral é uma técnica que permite restaurar a função auditiva de pessoas cuja causa da surdez não permite a cirurgia de implante coclear. O processo é semelhante à cirurgia do implante coclear, mas a conexão dos eletrodos não é feita na cóclea, mas diretamente nervo auditivo, que fica no tronco cerebral.

do que é atribuído a cada sentido, tomando como referência sujeitos que não os possuem de forma considerada “corretamente funcional” em seus esquemas corporais, e como pano de fundo observo uma “sociedade visual” referida à ideologia do individualismo e na oposição entre os dois sentidos.

No segundo capítulo introduzo noções da sociedade ouvinte geral em relação ao implante e à surdez, construo uma noção de senso comum e foco a questão educacional e política, sempre pautada nos debates sobre surdez e reivindicações ao poder público, concluindo que a surdez é vista predominantemente como deficiência a ser neutralizada, e que na concepção ouvinte, valores individualistas de liberdade de escolha e autonomia determinam a uniformização do conceito de surdez, o que prejudica o caminho de algumas políticas públicas.

No terceiro capítulo contrasto duas diferentes concepções da surdez, trazendo o implante coclear como algo que condensa os principais pontos de controvérsias e discussões. Apresento necessidades inerentes e concepções tanto da chamada “visão biomédica” quanto da “visão culturalista”, sugerindo que a concepção biomédica se inclina para a simbolização da Pessoa em valores individualistas, enquanto a visão culturalista (ou socioantropológica) parte de argumentos que poderiam ser vistos sob uma perspectiva menos individualista e mais holista, como o bilingüismo e a defesa da “identidade Surda”.

Por fim, considero que a conexão homem-máquina é perene, e que o surgimento de novas tecnologias que alteram as relações e estruturas é claro, certo e constante. Considero ainda que a observação aqui elaborada deve ser contextualizada à medida que venham a surgir outras técnicas consideradas “mais avançadas” que alteram constantemente os significados e relações simbólicas entre sujeitos cuja audição ou visão não sejam completamente funcionais. Retorno ao ciborgue, que antes projetado e depois real em termos metafísicos, agora, pouco a pouco, se torna real em termos literais, corporais.

- O CENTRO EDUCACIONAL DA AUDIÇÃO E LINGUAGEM LUDOVICO PAVONI : CEAL-LP

Ao buscar o meu campo de pesquisa, ainda não havia definido como ponto central do meu trabalho a discussão em torno do implante coclear, e a partir da observação dos discursos dos sujeitos surdos, intérpretes e profissionais da saúde e da educação que eu conhecia, pude recortar o meu plano de análise. A ineficiência da forma que a educação inclusiva toma no Distrito Federal foi algo recorrente nos discursos de vários sujeitos com quem conversei, mas minha investigação inicial apontava sempre para o implante coclear como algo muito controverso e alvo de discussões quase sempre acaloradas, tanto no meio educacional como no político.

A princípio fiz um mapeamento de escolas e instituições que atendem alunos surdos em Brasília, e fiz um contato inicial com pelo menos três delas: o Elefante Branco, o Centro de Apoio ao Surdo – CAS- e o Centro de Ensino 114 sul, em que pude elaborar muitas das minhas questões iniciais. Frequentei algumas aulas do mestrado em lingüística da Universidade de Brasília, que eram ministradas em português pelos professores e interpretadas em Libras, da qual participavam dois alunos surdos, assisti a diversas missas na Pastoral dos Surdos de Brasília, celebradas em Libras e em português, com a ajuda de um projetor de slides e de intérpretes, e frequentei algumas reuniões do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos da UnB – CAEP/UnB, no grupo “surdez e sofrimento psíquico”. O foco, no entanto, recai no Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni – CEAL-LP, único Centro em Brasília que objetiva encaminhar cirurgias de implante coclear para hospitais (especialmente em São Paulo) que o fazem através do Sistema Único de Saúde<sup>6</sup>.

Ao direcionar-me ao CEAL, marquei uma reunião com seu diretor, Pe. Giuseppe Rinaldi, situando minha condição de estudante de antropologia da Universidade de Brasília e explicitando os objetivos da minha pesquisa. Em uma reunião posterior foi entregue um projeto de pesquisa por escrito, juntamente com uma autorização para pesquisa assinada pelo meu orientador, Prof. Dr. Carlos Sautchuk, e também assinada pelo sacerdote (em anexo). Também foi elaborado um cronograma e durante as observações tive algumas reuniões de acompanhamento com o diretor.

---

<sup>6</sup> Centros que realizam a cirurgia do implante coclear pelo Sistema único de Saúde: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – SP; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Ribeirão Preto/SP; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP – SP; Hospital das Clínicas da UniCamp – Campinas/SP; Hospital de Reabilitação das Anomalias Crânio-Faciais – Bauru/SP; UNIFESP Hospital São Paulo – SP; Hospital das Clínicas de Porto Alegre – Porto Alegre; Otocentro – Natal; e o Hospital Santo Antônio das Obras Sociais Irmã Dulce – Salvador. (Ferreira, 2009, p.39)

A pesquisa foi feita durante o ano de 2010, em quatro fases, em que foram feitas observações e entrevistas semi-estruturadas: acompanhamento com os pais de crianças implantadas nas oficinas que o CEAL disponibiliza (de fuxico, yoga, de cidadania, ponto cruz, etc); observação das crianças que utilizam implante no trabalho de fonoterapia e das aulas das primeiras séries do ensino fundamental; observação de aulas de reforço para jovens do ensino médio, em que a maioria dos alunos era usuária de Libras; e conversas com alguns profissionais do centro: fonoaudiólogos, professores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais.

Em campo, fui apresentada aos participantes do CEAL como pesquisadora pelo próprio padre Giuseppe: todos os dias de pesquisa eu chegava ao Centro, buscava pelo diretor e era conduzida para a observação: o sacerdote me conduziu a entradas em sala de aula, me apresentando a professores e alunos, a oficinas dos pais das crianças atendidas (e me apresentava aos pais e professores das oficinas), às atividades da fonoterapia (e fui apresentada às fonoaudiólogas), etc. Após a apresentação formal e genérica do Pe. Giuseppe, algumas vezes pediam-me para explicar a pesquisa, e eu explicava em linhas gerais que buscava entender questões políticas e questões relacionadas à identidade, suscitadas pelo polêmico implante coclear.

Durante uma das fases de pesquisa ocorreu em Brasília uma greve no sistema de transporte rodoviário que impediu muitos pais de chegarem até o local com suas crianças, além da Copa do Mundo, que incluiu vários “feriados” no calendário escolar, o que representou alguns entraves, mas não prejudicou a realização da pesquisa. Houve também uma pequena resistência em relação ao nível de acesso ao CEAL nos primeiros contatos que fiz com o diretor. O Pe. Giuseppe, diretor do Centro, demonstrou notável aversão aos estudantes da Universidade de Brasília devido a um histórico de pesquisas mal feitas e “tendenciosas”, abandono e ausência de retorno por parte dos alunos da Universidade. Trabalhei então com bastante cautela em relação ao lugar que eu ocupava dentro do CEAL como pesquisadora.

No CEAL os profissionais e as famílias dos atendidos concebem a surdez como uma deficiência nos termos do chamado discurso médico-científico, e o tratamento da deficiência auditiva é visto como uma busca de métodos que aproximem os pacientes de uma língua oral e auditiva, com o objetivo de proporcionar ao deficiente “meios de se exercer a cidadania”. Esta é a opinião de grande parte da sociedade em geral, influenciada e baseada na colaboração

da mídia, que mostra o deficiente como um “sujeito didático” (SAUTCHUK, 2003), “exemplo de vida”, com a veiculação de diversos casos de “superação para uma vida normal”. A exemplo, no quadro “Posso Ajudar”, exibido pelo programa televisivo DFTV em 15/04/11, uma reportagem mostra o funcionamento do CEAL em tom de encantamento com a excelência no atendimento, e como um exemplo de referência no avanço tecnológico das formas de se neutralizar a deficiência.

Existem diversas metodologias de ensino e aprendizagem para os surdos. No século XVIII, na Europa, havia escolas que escolhiam dentre abordagens oral, mímica e mista. A escola alemã era oralista (em que o foco da aprendizagem é a vocalização, o treinamento para emissão da fala e escrita), a francesa utilizava o método combinado (com sinais) e desde esta época havia debates políticos sobre qual seria o melhor método (BUZAR, 2009, p.29). A primeira escola para surdos da América foi criada pelo reverendo Thomas Hopkins Gallaudet (1787 – 1851) em 1817, e em 1855, o professor surdo E. Huet<sup>7</sup>, do Instituto de Surdos de Paris, apresentou a Dom Pedro II a proposta de fundar uma escola para surdos no Brasil, que começou a funcionar em 1856. (ROCHA, 2007, pp.19 - 30).

A educadora especial com formação em história Solange Rocha (2007) mostra em sua pesquisa historiográfica sobre o primeiro instituto de surdos do Brasil (Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES) que em 1880, em Milão, houve um congresso que reuniu representantes de institutos na América e na Europa, e considerou o método oral superior ao dos sinais. Os resultados do congresso refletiram a ideia de formar cidadãos capazes de exercer seus direitos e deveres através do treinamento vocal, e a língua de sinais foi proibida oficialmente.

A discussão existente desde o século XIX fica mais acirrada nos anos 80 (ROCHA, 2003, p.122), ao mesmo tempo em que, de clandestina, a Língua de sinais passa a ser gradativamente aceita nos institutos de educação para surdos. Em minhas observações, os Surdos afirmavam que no CEAL a Libras ainda é evitada, mas não há uma proibição severa, e sim uma restrição às crianças que recém fizeram o implante. Nas aulas de reforço do ensino médio do Centro, por exemplo, a primeira língua de comunicação é a Língua Brasileira de

---

<sup>7</sup> Não se sabe com certeza seu primeiro nome, visto que documento algum foi assinado por ele de forma a revelá-lo. (ROCHA, 2007, 28)

Sinais, e nos intervalos das aulas, observei crianças e jovens se comunicando através da Libras.

Há quase dois séculos a comunicação por gestos tomava um posicionamento oposto ao oralismo, e hoje tal oposição se faz ainda no caso do implante coclear, que exige um treinamento fonoterapêutico para que o artefato funcione adequadamente, e, segundo profissionais da área, o aprendizado de língua de sinais concomitante aos trabalhos de fonoterapia nos primeiros anos pode interferir e prejudicar o aprendizado dos implantados. A forma de oralismo pressuposta no implante coclear é severamente criticada por representantes da comunidade Surda.

A primeira cirurgia de implante coclear realizada no Brasil foi em 1990, em Bauru – SP. Em 2009, o serviço de Otorrinolaringologia do Hospital Universitário de Brasília – HUB – inaugurou um setor de implante coclear, e até o mês de maio de 2011 fez 27 cirurgias de implante. A quantidade é bem menor do que a demanda, que segundo o website da instituição, é de 20 pedidos de consultas de pacientes encaminhados com indicação de implante coclear por mês. Por isso, o CEAL faz encaminhamentos das cirurgias para outros hospitais, e recém comemorou a marca de 110 crianças implantadas<sup>8</sup>.

O Centro Educacional da Audição e Linguagem – CEAL-LP foi formado a partir da congregação católica dos Irmãos Pavonianos, e é dirigido por um padre integrante da mesma. Ludovico Pavoni (1784-1849) foi um padre italiano que dedicou sua vida à educação de jovens surdos no século XIX, e seu representante em Brasília, Pe. Giuseppe Rinaldi, está na cidade há 30 anos, mantendo relações constantes com os surdos que vivem na Capital Federal e nas cidades do entorno. O padre chegou ao Brasil em 1980, e trabalha com surdos há 40 anos, desde que morava na Itália.

Inaugurado em 1973, o CEAL-LP atende bebês, crianças e adolescentes com deficiências auditivas a partir de convênios e parcerias, que proporcionam os exames preliminares, o encaminhamento das cirurgias de implante coclear em hospitais credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a doação de aparelhos amplificadores e baterias, fonoterapia e todo o apoio necessário ao desenvolvimento cognitivo de uma criança surda,

---

<sup>8</sup> Informação obtida no website da instituição, <http://www.ceallp.org.br/index.php>, em 29 de Abril de 2011.

considerando o seu nível de surdez e o tratamento mais compatível, com o objetivo do “resgate da cidadania de crianças, jovens e adultos com deficiência auditiva”, segundo o discurso institucional da escola.

Seu programa “aprendendo a escutar” atende crianças de até 3 anos, que possuem perda auditiva neurossensorial, e estão em processo de avaliação para a cirurgia de implante. O Centro de Diagnóstico e Reabilitação é um centro de alta complexidade em saúde auditiva em convênio com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES-DF - e com o Ministério da Saúde - MS -, e realiza todos os processos de diagnóstico num trabalho individualizado. No CEAL são acolhidas famílias em situação de vulnerabilidade social e oferecidas diversas oficinas (artesanato, ioga, etc) aos pais das crianças atendidas.

O Centro é mantido por uma entidade religiosa particular: a Associação das Obras Pavonianas de Assistência, fundada por Ludovico Pavoni, e possui parcerias com diversas entidades, entre elas o grupo Amaral, que contribui com doação de passagens de ônibus para o entorno do Distrito Federal, e o Grupo Funcionários do Banco do Brasil, que financia pilhas para aparelhos amplificadores. Há diversos outros parceiros e conveniados que viabilizam projetos para o CEAL, visando, dentre outros objetivos, a inclusão digital, atividades educacionais e lúdicas e a preservação do meio ambiente. O CEAL geralmente convoca as escolas da rede pública para duas reuniões bimestrais, para esclarecimentos de como funciona o implante coclear e como lidar com os implantados. O programa contava com 80 crianças na época em que a pesquisa foi realizada, e havia no Ministério da Educação um projeto de preparação para desenvolvimento de implantados nas escolas.

Em Brasília, o CEAL é referência no tratamento da surdez. Durante o meu trabalho em campo, ouvi comentários sobre a existência de migrações do nordeste brasileiro para Brasília de famílias de surdos com o objetivo de conseguir um tratamento no Centro. Dentre os diversos métodos possíveis de se lidar com a surdez, o CEAL foi por algum tempo adepto do método oralista puro, e hoje adota a metodologia da comunicação total, que preconiza o tratamento que for mais funcional ao sujeito surdo observando cada caso como específico, mas visa os objetivos gerais de proporcionar àqueles com tal potencial o desenvolvimento da fala, para viabilização do futuro exercício da cidadania. Há também o método chamado bilingüismo (educação que incentiva tanto a oralização quanto a Língua de Sinais em sala de aula), tema a ser tratado no capítulo 3.

O Pe. Giuseppe Rinaldi, diretor do Centro de Ensino, figura como expoente na questão dos surdos em Brasília. Há 30 anos na cidade, o padre assume hoje uma posição política de luta pela difusão do implante coclear, e tem seu posicionamento claro na afirmação de que os ativistas da cultura Surda “não têm embasamento de informação em seus discursos”. Aos sábados, o padre também celebra missas na Pastoral dos Surdos, freqüentada majoritariamente por Surdos da comunidade que utiliza a língua de sinais e por seus familiares, e possui uma equipe responsável por interpretar o que é dito em Libras para português e vice-versa. Quando quem fala é o padre, ele pronuncia as palavras ao mesmo tempo em que as sinaliza.

Um dos objetivos específicos do CEAL é “que as crianças atendidas aprendam a escutar e a falar, que possam freqüentar escolas regulares e que possam ter ilimitadas escolhas sociais e educacionais ao longo de suas vidas”. Hoje com cerca de 110 implantados, o CEAL tem cinco setores: Centro de Diagnóstico e Reabilitação, Serviço Social, Programa Aprendendo a Escutar, Setor de Atendimento Individual e Fonoterapia e Atendimento Educacional Especializado.

Há diversas técnicas de viabilização da comunicação para sujeitos surdos presentes no CEAL, sejam puramente corporais, como a Língua Brasileira de Sinais, ou técnicas envolvendo artefatos, como no caso dos aparelhos amplificadores e implantes de tronco e coclear. Para os fins desse trabalho, a análise relativa a artefatos técnicos em relação com o corpo deteve-se essencialmente no implante coclear. Há, portanto, que se pormenorizar no que consiste a neuroprótese. Couto (2000, p.246) faz uma análise sobre as inovações técnicas e suas relações com o corpo humano:

Aumenta a compreensão de que homens e máquinas são seres em esferas que se interpenetram e se influenciam mutuamente. A interdependência baseada na cumplicidade e complementaridade é uma realidade que assegura o fato de que se pode ampliar o funcionamento do corpo por meio de uma crescente interface com os objetos técnicos. É uma visão revolucionária. Ela põe fim à velha cisão entre natureza e o artificial, o homem e a técnica, o real e o virtual. A erosão das fronteiras ocorre nos domínios da investigação científica de ponta e nos padrões da vida cotidiana, sobretudo no corpo.

O implante coclear, também conhecido como ouvido biônico, é um dispositivo que estimula eletricamente as fibras nervosas remanescentes de algum trauma ou de falhas congênitas, permitindo a transmissão do sinal elétrico diretamente para o nervo auditivo, a

fim de ser decodificado pelo córtex cerebral.(Figuras 01 e 02). O neurocientista Michael S. Gazzaniga, da University of California, o considera *a primeira neuroprótese bem-sucedida em humanos* (Revista Scientific American, 2008 p.58). O implante é diferente dos aparelhos de amplificação sonora individuais (AASI) porque requer uma cirurgia, visto que há um eletrodo implantado na cóclea, e é indicado para quem possui perdas auditivas severas e profundas, enquanto o AASI é indicado para quem tem resíduo auditivo passível de amplificação sonora.

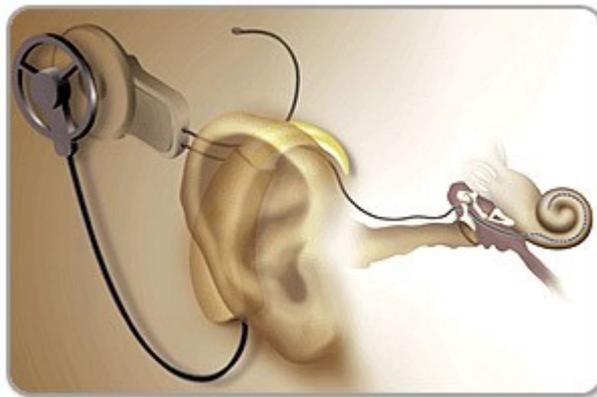


Figura 01 – esquema do implante coclear, em <http://www.implantecoclear.com.br/>



Figura 02 - Fotografia de uma criança com o implante. Em: <http://www.easyaupair.com/viewprofilefamily/19840/>

Segundo uma das fonoaudiólogas do CEAL<sup>9</sup>, o implante coclear melhora a qualidade auditiva e a comunicação oral das crianças, sendo um “auxiliar bastante significativo em relação a essa busca constante que a gente tem em relação à cidadania do surdo”. No entanto, o artefato gera impactos e polêmicas tanto por tocar na fronteira corporal, pois há um eletrodo instalado diretamente na cóclea e uma antena interior no crânio, quanto na fronteira da língua e da simbolização do mundo cognoscível, visto que uma pessoa surda pré ou peri-lingual<sup>10</sup>

---

9 Para os fins desta pesquisa, optei por utilizar designações pelo papel das pessoas no contexto etnografado, ao invés de expor seus nomes próprios.

10 A surdez pré-lingual é congênita ou adquirida antes de a criança entrar na fase do aprendizado da fala oral e das estruturas gramaticais da língua, e a surdez peri-lingual acontece na fase em que a criança fala mas não sabe ler e escrever.

precisa “vencer” a agnosia auditiva com a fonoterapia para aprendizagem da língua portuguesa, dificuldade a ser tratada mais à frente.

## CAPÍTULO 1 - Surdos e cegos: Individualismo e corpo no Ocidente

“(...) só aquele que se volta com humildade para a particularidade mais ínfima é quem mantém aberta a rota do universal”  
(DUMONT, 1966, p.52)

A discussão em torno do déficit na audição encontra similitudes e divergências quando se analisa a questão em torno das deficiências visuais. Em ambos os casos, o objetivo dos sujeitos que se encontram com alguma diferença sensorial considerável em relação à maioria da sociedade é buscar mecanismos alternativos de comunicação com o mundo, viabilizada por próteses, implantes e transplantes. Os cegos utilizam o bastão retrátil como prótese de mobilidade, podem fazer transplantes de córnea e mesmo implantes artificiais<sup>11</sup>. Os surdos podem utilizar a Libras e os intérpretes como “próteses de comunicação”, utilizar aparelhos amplificadores e implantes coclear e de tronco, mas há uma diferença fundamental em seus discursos, que apontam para diferentes concepções corporais e maneiras de se entender a Pessoa e a individualidade dos sujeitos.

Estão em jogo duas noções distintas de independência buscada pelo implante e pela aquisição da Libras: os primeiros reivindicam a cidadania plena sem necessidade de intérpretes, enquanto os segundos lutam para que a comunidade Surda seja uma cultura independente inserida nas políticas públicas do Brasil.

O núcleo da discussão se refere aos limites entre autonomia e dependência de cada modalidade escolhida para lidar com a ausência da audição, num contexto em que o ciborgue propriamente dito, a máquina totalmente artificial acoplada ao corpo, como no caso do implante coclear, representa um paradoxo no mundo moderno, e o corpo, elemento isolado do homem, só é pensado e analisado em estruturas sociais de natureza individualista.

---

<sup>11</sup> COMO É O CASO DO IMPLANTE DE RETINA CONHECIDO COMO ARGUS II, TRATADO AO FINAL DO CAPÍTULO.

Naturalizado por uns, estranhado por outros, o implante coclear traz consigo a discussão sobre os caminhos que se pode seguir a partir da ausência da audição frente a uma neurodivisão alternativa causada pelo implante, em que a noção de Pessoa e de corpo, transformados após a cirurgia de colocação da neuroprótese, se ergue sobre o pano de fundo do individualismo no Ocidente.

O Individualismo moderno implica em formas específicas de apropriação e representação do corpo. A obra de Marcel Mauss (1974) é ponto fundamental para se considerar as origens de reflexão antropológica da noção de Pessoa, que sai da esfera exclusivamente social e passa à esfera do indivíduo. Em “Uma categoria do espírito humano: A noção de pessoa, a noção do ‘eu’”, o autor faz um breve relato do histórico da Pessoa como categoria moral e de pensamento no Ocidente, e auxilia na compreensão da construção do individualismo como ferramenta de análise.

De acordo com o relato do autor, a noção de “persona” latina foi enraizada na noção ocidental<sup>12</sup> e à época da Roma antiga representava um fato fundamental de direito. Junto com o costume da cidadania dada aos homens livres de Roma, veio o costume de nomes, prenomes e sobrenomes. Mauss (1974) ainda aponta para uma falta de base metafísica firme, devida então ao cristianismo, a partir da noção divina de *um*. Por fim, coube aos filósofos (Fichte, Descartes) fazer dessa substância uma consciência categórica.

A valorização do indivíduo no Ocidente é base para a compreensão da organização social moderna. A partir de Louis Dumont, os estudos ganharam maior profundidade. Para o autor, o indivíduo moderno tem suas origens na noção cristã do indivíduo, e a relação com a natureza adquire prioridade sobre as relações entre homens. (DUMONT, 1985, p.42). Passando da sociedade hindu para a sociedade ocidental, Dumont se detém no papel do cristianismo no individualismo moderno.

Segundo Dumont (1985), os ensinamentos de Cristo e de Paulo colocam em evidência a ideia de que o cristão é um “indivíduo-em-relação-com-Deus”. Trata-se de um individualismo extramundano, que manifestaria uma dicotomia entre as exigências do mundo

12 A Índia bramânica é apontada por Mauss (1974) como a mais antiga civilização a ter a noção do indivíduo, juntamente com apontamentos gerais sobre a China, através dos escritos de Marcel Granet. Mas segundo o autor, foi em Roma que se formou a noção de pessoa humana como uma entidade completa.

e a revelação divina e que, mais tarde, desembocaria na oposição entre poder divino e poder terreno, embora nunca de forma absoluta.

O autor considera duas principais formas de organização social: holista (ou hierárquica), e individualista. Uma sociedade holista conecta seus sentidos a um nível englobante, operando, assim, através da hierarquia. Para o autor, a hierarquia não é igual a poder ou estratificação, mas uma relação de “englobamento do contrário” (DUMONT, 1997 [1966], p.130), uma situação em que dois elementos são consubstanciais em certo nível, ao mesmo tempo que opostos, em outro nível.

Ao abordar os modelos de organização social individualista e holista, Dumont afirma que eles não são excludentes, até porque a concepção puramente individualista não dá conta da diferença. O indivíduo vive de ideias sociais, e uma certa hierarquia de ideias, coisas e pessoas é também indispensável. A sociedade moderna separou os fatos e as ideias de valor para declará-los sem ligação com um nível superior, livrando-os assim, da hierarquia (Dumont, 1997[1966], p.374). A ideologia moderna caracteriza-se justamente pela aversão à hierarquia, contrapondo a ela a igualdade.

Além dos valores do individualismo, fundamentais para a compreensão da forma como o implante coclear está inserido na rede de significados do contexto dessa etnografia, os valores do holismo são observados na sociedade em geral, em relação a concepções de deficiência, e principalmente entre os Surdos que se nomeiam participantes de uma comunidade à parte, partilham a Língua Brasileira de Sinais e reivindicam seus direitos como componentes de uma cultura própria e distinta da sociedade ouvinte.

Assim como Luiz Fernando Dias Duarte (2003, p.177) observa que “as formas de construção da pessoa nas classes populares brasileiras não obedecem aos princípios da ideologia do individualismo”, observo que entre os Surdos o corpo é elemento gerador de comunicação através da língua de sinais, e a falta da audição não é vista como deficiência, mas tais Surdos se vêem como *Pessoas diferentes*, formando uma entidade própria. Trabalho com a diferenciação com letras maiúsculas para designar uma entidade coletiva que considera a surdez e o grupo de surdos antes com princípios holistas do que predominantemente individualistas.

Le Breton (2002 [1990] p.13) analisa com mais detalhes o mundo moderno a partir do corpo como fio condutor. Para ele, “El cuerpo es una construcción simbólica, no una realidad

en si mismo”. Em “Antropologia Del cuerpo y modernidad”, o autor aprofunda o histórico da criação do individualismo (antes como tendência dominante do que realidade intrínseca) e traça diferenças entre características de uma sociedade tradicional, holista, e ocidental, individualista.

O corpo da modernidade é um misto de colagens em que cada autor constrói sua representação de corpo. Como contraste, Le Breton mostra que a noção de pessoa ocidental não se encontra, por exemplo, na cosmogonia tradicional entre os Canaca, em que o corpo (karo) aparece como forma vegetal assim como o vegetal como uma extensão natural do mundo, e se confunde com o mundo. Nas sociedades tradicionais, de composição holística e comunitária, o corpo não é objeto de divisão, “y El hombre se confunde con El cosmos, la naturaleza, la comunidad” (LE BRETON, 2002 [1990], p.22). Nas sociedades ocidentais individualistas o corpo é interruptor da energia social, enquanto nas tradicionais ele é elemento de entrelaçamento.

A definição de corpo, no entanto, necessita da definição de pessoa para uma análise comparativa. O corpo existe somente a partir do momento em que o homem o constrói culturalmente, construção esta marcada pelos contornos adquiridos da concepção de pessoa. Le Breton (2002 [1990]) busca as fontes da representação moderna do corpo, a começar por um estudo da civilização medieval, em cujas festas populares havia uma instituição da transgressão, num ritual que erige a comunhão e afastava as tensões da vida social. As festas oficiais, ao contrário, fixavam distinções:

El cuerpo en la sociedad medieval, *y, a fortiori*, en las tradiciones del Carnaval, no se distingue del hombre, como sucederá con el cuerpo de la modernidad, entendido como un factor de individuación. Lo que la cultura del medievo y del Renacimiento rechaza, justamente, es el principio de individuación, la separación del cosmos, la ruptura entre el hombre y el cuerpo. La retirada progresiva de la rica y de las tradiciones de la plaza pública marca la llegada del cuerpo moderno como instancia separada, como marca de distinción entre un hombre y otro. (LE BRETON, 2002 [1990], p.31)

Le Breton (2001) Descreve a Alta Idade Média, na qual somente altos dignatários eclesiásticos e reais tinham feitos seus retratos, e época do século XV, o retrato individual se torna recorrente nas manifestações de pintura, com crescente preocupação pelo rosto, pelo qual a individuação por meio do corpo se viabiliza. O rosto é a parte mais individualizada do

corpo, que se converte, com o novo sentimento de indivíduo, na fronteira que diferencia um homem do outro. Enquanto isto, para Dumont (1985), a sociedade ocidental da Idade Média aproximava-se, em alguns aspectos, da sociedade holista indiana. Na Idade Média, existia uma sociedade cristã governada pela supremacia da Igreja. Esta era constituída por um sistema hierárquico espiritual, sendo que o Papa era o representante supremo do poder e a Igreja era o Estado.

Para Dumont (1985), a invenção do corpo como conceito autônomo implica também no nascimento da medicina moderna, em que o saber do corpo se torna apanágio de especialistas protegidos pelo domínio do discurso de racionalidade. Depois da concepção racional do mundo a partir dos séculos XVII e XVIII, há, além de uma metáforização mecânica, uma racionalização do corpo e de suas atitudes, e a anatomização propicia o nascimento de uma diferenciação entre homem e corpo. Le Breton (2002 [1990]) considera o corpo como fator de individuação advinda do sentimento renascentista da autonomia, impulsionado principalmente pela investigação anatômica posterior, com as práticas de dissecação do corpo humano. Tal individuação se produz “paralelamente a la desacralización de la naturaleza” (p. 45).

O saber anatômico italiano foi indício fundamental da mudança de mentalidade. Antes visto como singularização do sujeito, agora o corpo é separável do homem. Conforme Le Breton (2002[1990], p. 46-7)

Con los anatomistas, y especialmente a partir de *De corporis humani fabrica* (1543) de Vesalio, nace una diferenciación implícita dentro de la *episteme* occidental entre el hombre y su cuerpo. Allí se encuentra el origen del dualismo contemporáneo que comprende, también de manera implícita, al cuerpo aisladamente, en una especie de indiferencia respecto del hombre al que le presta el rostro.

O anatomista Vesalio representava a inserção do homem como figura do universo de forma negativa. A significação do corpo não remetia a nada que não fosse o próprio corpo, e a partir dele, o homem convertia-se na caricatura de si mesmo, anatomizado (LE BRETON, 2002 [1990], p.55). Esse saber abre espaço para o saber biomédico.

Dumont (1985) aponta ainda que nos movimentos sectários dos séculos XVII e XVIII surgiram questões de liberdade individual, consciência, direito de comunicação direta com

Deus e de possuir um Deus interior. A partir de tais ideias forma-se a base sobre a qual se erguerá a noção de eu. Mauss (1974) aponta Fichte na resposta que todo fato de consciência é um fato do “eu”, e que a categoria do “eu” é condição da consciência e da ciência. Por fim, o autor deixa em aberto os “progressos do entendimento a esse respeito” (MAUSS, 1974, p.240).

A propósito dos dilemas acerca da consciência e do indivíduo, Tânia Salem (1997) evidencia que o que está sendo discutido atualmente é o que significa ser uma *Pessoa*, e quais são as características humanas que determinam essa condição. A autora mostra debates relativos ao momento (se há um momento específico) em que o tecido celular do embrião pode ser considerado Pessoa, e em sua análise, isso se definiria localizando características instauradoras do indivíduo.

A questão do estatuto moral do embrião eclode em virtude do debate sobre o aborto, nos anos 70, concomitantemente à questão de como hierarquizar interesses e direitos em relação à mulher que o abriga. Nos anos 80 o debate refere-se à nova forma propiciada pela fertilização *in vitro*, o embrião extracorporal. Pergunta-se quais são os limites éticos de procedimentos exploratórios, e Salem (1997) identifica três principais posições: os que concebem o embrião como um ser moral e não aprovam experimentos, os que consentem a fertilização *in vitro*, desde que todos os óvulos sejam transferidos para o útero, e os que sustentam não haver diferença entre o embrião e qualquer outro tecido humano.

A autora sustenta que o debate deve ser encarado como parte do tecido cultural das representações ocidentais, e assim como argumenta Le Breton, só adquire inteligibilidade quando referido ao Indivíduo, mesmo que estejam incluídos valores antagônicos. Há um dissenso sobre até quando o embrião extracorpóreo poderia ser mantido para fins de estudos, e argumentos relacionados à fixação no útero, geração da coluna vertebral e formação neurosensorial apontaram para o 14º dia, momento antes do qual o embrião não é pensado como Pessoa, conforme critérios de autonomia. Há, no entanto, inegáveis premissas culturais, como a concepção gradual de pessoa e o pressuposto de posse de certas características que o embrião promove. Além das discordâncias em relação ao status de pessoa, a autora arrisca dizer que o embrião é pensado nos termos do individualismo. (Salem, 1997, p.84). As conseqüências desta discussão apresentam ambos os lados: inserir o embrião em uma rede mais complexa de protagonistas e obscurecer as relações sociais e familiares que o envolvem.

Hoje o imaginário tecnocientífico preconiza a precariedade da carne, substituindo-a por mecanismos controláveis que, além de abolir sua fragilidade, afastariam a mortificação, e o corpo é objeto “manipulável” a ser lentamente corrigido e eliminado. (LE BRETON, 2001, p. 20). A partir da perspectiva de “identidade provisória” introduzida por Le Breton, é possível partir para argumentos de mutação identitária das pessoas surdas, tanto nos casos pré e pós implante quanto nos casos pré e pós aquisição da Libras. O autor utiliza a identidade provisória no que se refere ao espaço cibernético da internet, em que:

O indivíduo livra-se das coerções da identidade, metamorfoseia-se provisória ou duradouramente no que quer sem temer o desmentido do real, desaparece corporalmente para se transformar segundo uma profusão possível de máscaras, para se tornar pura informação, cujo conteúdo e cujos destinatários ele controla com cuidado (LE BRETON, 2009 [1999], p. 145).

Sob a égide do desmantelamento do corpo, Le Breton (2009 [1999]) aponta para o borramento das fronteiras entre humanidade e máquina, e as identidades de um sujeito passam a ser tão acompláveis quanto artefatos técnicos ao seu esquema corporal. A utilização das tecnologias relativas à surdez pode ser fator determinante de sua identidade, e a escolha pela mudança de método pode alterar a forma com que um sujeito é visto e como ele mesmo se vê, como, no âmbito da minha pesquisa em campo, no caso de um Surdo adulto que estava inserido na comunidade Surda, e depois que optou por fazer o implante coclear passou a ser marginalizado pelos colegas Surdos, ao passo que passou a fazer mais amizades com ouvintes. Em conversa informal com ele, o surdo diz que optou por “ter sua identidade” através do implante. Houve de fato uma mutação de identidade através do artefato, que acabou por excluí-lo de várias relações anteriores.

Outros adultos implantados comentam que sua vida é dividida em antes e depois do implante, e que a mudança gerada em seus estilos de vida é drástica ao ponto de se sentirem “como uma nova pessoa”. Alguns surdos que optam pela língua de sinais como prótese também comentam que antes deste aprendizado “viviam em um mundo diferente, opressor e sem significado”, e que após o aprendizado, passam a “ter uma identidade”, e a “saber quem são”.

Conforme Le Breton (2001), a partir do momento em que a tecnologia nos permite incluir partes no nosso corpo que são feitos de materiais inorgânicos, e ao colocá-las poder

tirá-las a bel prazer, bastando para isso que uma nova moda constanja a tal, começamos a falar na construção de um corpo pós-orgânico.

Donna Haraway (2000), em seu Manifesto Ciborgue, pretende suscitar um novo debate político, e reivindica a eliminação do corpo, fonte de injustiças e sofrimentos. O ciborgue é a condição comum de uma humanidade cuja existência se mistura com a máquina. “somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues” (HARAWAY, 2000, p.37).

Para a autora, na era da miniaturização da informática, o ciborgue é instrumento de liberação num mundo onde os indivíduos não tem medo das identidades, sempre parciais e contraditórias. A autora transforma o ciborgue em uma figura de subversão das desigualdades socialmente construídas. Para Haraway, a obsolescência do corpo permite pensar a obsolescência do gênero. O corpo é uma forma desastrada que possibilita opressões de sexo, classes, grupos etc, e o ciborgue é o remédio radical para isto.

Tanto as tecnologias que se colam à pele quanto as que a ultrapassam e se imiscuem por dentro do corpo estão transformando-se em componentes do próprio corpo. Não são mais objetos estranhos, artificiais, mas uma outra natureza e realidade corporal, como no caso dos implantes e próteses. Sendo a existência humana essencialmente corpórea, os artefatos que ao corpo se conectam provocam uma ruptura simbólica de identidades, provocando também alterações a níveis sociais.

Le Breton (2002 [1990]) fala sobre uma transformação na geografia do rosto a partir do século XV, em que o corpo da modernidade não privilegia a boca como órgão da avidez, mas os olhos é que passam a ser órgãos influenciados pela “cultura erudita”, e neles se concentra o interesse do rosto (LE BRETON, 2002 [1990], p.41).

Ingold (2008) especifica a discussão nos termos das habilidades sensoriais dos indivíduos. Contrário às perspectivas de que a visão é a transmissão de impulsos nervosos que transpassa a interface entre o olho e a mente, o autor defende que “o processo da visão consiste em um processo interminável, um engajamento de mão dupla entre o perceptor e seu ambiente.” (Ingold, 2008, p. 02) O autor não sugere os sentidos como separados para o registro de sensações, mas como órgãos do corpo como um todo em cujo movimento, dentro do ambiente, consiste a atividade de percepção. (INGOLD, p. 17)

No pensamento ocidental, as percepções da audição e da visão começam na interface “fora-dentro”, que “ocorre em circuitos que perpassam as fronteiras entre cérebro, corpo e mundo” (INGOLD, 2008 p. 01). O autor, no entanto, rejeita a tese de que a visão é dominante no Ocidente, pressupondo que visão e audição são parte um do outro e indistinguíveis virtualmente. Na antropologia os debates tendem a assumir a visão como especulativa (característica ocidental), com pontos de vista muito diferentes em relação à audição e tato (tradicionais). Ingold busca dissolver esse grande divisor, substituindo a noção ortodoxa e especulativa por uma participativa, existencial.

Em relação à falta de visão e audição, Ingold (2008) foca dois aspectos: o de que não se é totalmente surdo como se é cego, pois ouvimos com o corpo, sentindo vibrações, e a língua de sinais, equivalente à visão do som, para mostrar que o contraste visão x audição é bem menos fundamental. O autor faz uma crítica à antropologia dos sentidos, na qual o defeito comum de todas as análises dos autores é a naturalização das propriedades dos sentidos, o que leva à errônea crença de que diferentes culturas podem vir da relativa preponderância de um sentido. Para o autor, ao invés de abandonar os indivíduos em nome da consciência coletiva sensorial, é o entrelace criativo do discurso em suas construções nas convenções verbais que a antropologia dos sentidos deveria ter como foco. Não é a sujeição do humano às condições sociais, mas o envolvimento de pessoas inteiras, entre si e no ambiente, que constitui o processo contínuo da vida social.

Ingold (2008) resume que a questão, portanto, não é a hegemonia da visão, mas sim uma concepção estreita do pensamento que levou à redução da visão e a oposição à audição. Pela exploração do terreno comum entre visão e audição, podemos ser guiados a uma melhor apreciação da experiência visual bem como a um entendimento mais aberto do pensamento. Há, na verdade, um erro em conceber as propriedades dos sentidos de forma naturalizada, tanto em sociedades tradicionais quanto em sociedades modernas. A forma de construção dos sentidos varia em todos os níveis, e numa mesma sociedade Ocidental, por exemplo, o peso do desenvolvimento sensorial é relativo conforme o sentido a nível individual: um cozinheiro, por exemplo, tem supostamente o paladar como sentido central de seu esquema corporal, ao passo que um músico profissional não teria seu paladar tão apurado quanto a audição.

Ainda que se considere a perspectiva de Ingold (2008) de que os sentidos não são naturalizados, é possível considerar o peso relativo dos sentidos na construção coletiva de significados, gerando assim uma possível justificativa para o argumento que defende a

chamada “cultura Surda” dentro da sociedade contemporânea ocidental. A falta da audição impõe que os outros sentidos se (re)organizem de forma distinta da dos ouvintes, quase sempre tendo a visão como base de interação do indivíduo com o mundo cognoscível, e um surdo que possui a forma peculiar desse esquema corporal distinto encontra seus pares em outros surdos, gerando assim, seus significados e sua “cultura própria”.

### **1.1 - surdez e cegueira;**

A audição e a visão foram construídas como os principais sentidos de geração simbólica e comunicação com o mundo nas sociedades ocidentais. A visão é, ainda, erigida como o principal sentido, vinculado à razão e ao conhecimento. Para Carlos Sautchuk (2003, p.64) “A cultura ocidental moderna segue a tendência de representar a realidade através do canal visual”, e a partir de então estabelece-se um pano de fundo para se perguntar pelos significados da cegueira no interior da ideologia moderna.

A importância de uma pesquisa antropológica que tenha como objeto pessoas surdas ou cegas no Brasil é dada pela constatação de que não há muitos estudos relativos aos referidos temas, apesar de grandes mobilizações e debates políticos frente ao Estado Brasileiro. Dados do IBGE apontam para o número de cegos e surdos no país, que é de 148 mil (0,08% da população brasileira) e 166 mil (0,09%), respectivamente. Em 2000, existiam 148 mil pessoas cegas e 2,4 milhões (1,26%) com grande dificuldade de enxergar. Além dos 166 mil surdos, cerca de 900 mil pessoas (0,47%) declararam ter grande dificuldade permanente de ouvir. Em nível global, segundo dados da OMS, em 2005, aproximadamente 278 milhões de pessoas (4,28% da população mundial estimada em 2005) possuíam surdez moderada a profunda, sendo que 80% deles vivem em países pobres e emergentes. Quanto à cegueira, a organização aponta 39 milhões (0,6%) de cegos e 245 milhões de pessoas (3,77%) com pouca visão.

O antropólogo Carlos Sautchuk (2003) disserta sobre as diversas concepções que acerca da cegueira ao longo do tempo. Na ideologia moderna, pautada em valores predominantemente individualistas, a cegueira é considerada uma deficiência, o que pode também ser aplicado à surdez no sentido de que a busca por uma “correção para se aproximar do nível normal” através de implantes e próteses é forma de expressão desta concepção. Em suas observações, da cegueira no contexto da sociedade ocidental, Sautchuk (2003) observa também que a cegueira “tem conotações holistas e individualistas na sociedade

contemporânea” (p. 19). Na sociedade moderna o individualismo é predominante, mas há nela também elementos essencialmente não modernos.

Sautchuk (2003), em relação à cegueira, observa o holismo no fato de que no Ocidente, os significados da reabilitação dos “indivíduos diferentes” não faz significar a diferença, mas suprime características distintivas, e que há na modernidade Ocidental duas concepções distintas e coexistentes da cegueira: como deficiência e como transcendência. Na surdez, a observação da segmentação dos surdos em diversos grupos possui o elemento diferenciado da abordagem escolhida para gerenciamento da falta de audição e o elemento comum de não participarem plenamente de um mundo auditivo. As fronteiras não são delimitadas com rigidez, mas pode-se perceber que a surdez é vista sob diferentes prismas pelos próprios surdos e pela sociedade ouvinte. A concepção de deficiência atribui à falta auditiva uma necessidade de que sejam buscadas medidas de “neutralização” da surdez, como o caso do implante, e a concepção da surdez como uma condição geradora de elementos simbólicos próprios a coloca num patamar de grupo cultural. O holismo está presente em ambas as discussões, na supressão de características distintivas dos surdos inerente ao discurso de deficiência e em sua identificação no caso dos participantes de uma comunidade Surda.

Sautchuk (2003) expõe um debate suscitado por uma correspondência de William Molineaux, um pensador irlandês, enviada para John Locke (1956 [1690], II.ix8, p125), que pergunta se um cego de nascença seria capaz de reconhecer a diferença entre um cubo e uma esfera caso tivesse sua visão reestabelecida. A questão gerou várias discussões sobre o domínio do conhecimento, a possibilidade de estruturas universais de sentidos etc.

No campo da surdez, em relação ao implante coclear, a ciência oferece o argumento que identifica a idade-limite de o implante obter sucesso quando a criança nasce surda: sua neuroplasticidade permite o aprendizado da língua oral de forma satisfatória até aproximadamente os sete anos, e depois disso uma pessoa que nasce surda passa a ter maiores dificuldades no aprendizado e na distinção dos sons após o implante.

O Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni (Ceal-LP), onde foi feita a pesquisa em campo, tem dificuldades em encaminhar o implante para uma criança acima desta idade de sete anos, devido ao fato de os médicos e fonoaudiólogos muitas vezes darem expectativas negativas em relação a isto. Observei também que uma pessoa que nasceu

surda e opta por fazer o implante depois de adulta tem pouca probabilidade de obter sucesso, a não ser que tenha desenvolvido a leitura orofacial, como no caso de uma implantada adulta que entrevistei, que mostrava poucas dificuldades no entendimento e na fala comigo.

Cegueira como monstruosidade, como desrazão, punição, vidência. Cego como desafortunado, didático, sujeito. As formas de como a cegueira foi e é ainda percebida, observadas por Sautchuk (2003), possuem algum correspondente na surdez. O sujeito surdo é muitas vezes visto como desafortunado, “exemplo a ser seguido”, (visão propagada especialmente por veículos da mídia), sujeito de estudos fonoaudiológicos, pedagógicos, lingüísticos, psicológicos, médicos<sup>13</sup>. Mas a cegueira não foi observada em momento algum como geradora de uma “cultura própria”, tal como reivindicam os Surdos e tal como apontam diversos estudos relativos à surdez.

A doutora em educação e militante Surda Karin Strobel chega a utilizar o vocábulo “povo surdo” para designar o conjunto de todos os Surdos que participam ativamente da comunidade e da cultura Surda. A autora define “cultura Surda” como:

O jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo (STROBEL, 2008a, p. 30).

A opinião de muitos integrantes da chamada cultura Surda em relação ao implante coclear e principalmente a seus significados na vida de uma pessoa que se submete à cirurgia nunca é de aceitação plena, mas sim de uma precaução que muitas vezes se transforma em rejeição total devido às supostas limitações, riscos de saúde e pela própria ideologia de “imposição ouvidocêntrica” que estaria inserida no artefato.

---

13 É curioso e interessante o fato de que a antropologia brasileira em si não se apropria dos estudos da cultura Surda. Em uma busca geral por teses, dissertações e periódicos da antropologia no país, não encontrei quase nada relativo ao tema. Os textos sobre o assunto dividem a surdez em concepções clínico-patológicas e socioantropológicas, mas a grande maioria dos que estudam a concepção cultural (socioantropológica) pertence aos campos da educação e da psicologia, não da antropologia.

PARA OS CEGOS É POSSÍVEL FAZER CIRURGIAS QUE POSSIBILITEM SUA “NORMALIZAÇÃO” E “NEUTRALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA”, MAS NÃO HÁ SEMELHANÇA DE POLÊMICAS EMBASADAS EM ARGUMENTOS LINGÜÍSTICOS E CULTURAIS QUANDO SE FALA SOBRE A CEGUEIRA. HÁ, AINDA, UM NOVO IMPLANTE DE RETINA RECÉM DESENVOLVIDO<sup>14</sup>, QUE CONVERTE IMAGENS CAPTURADAS POR UMA CÂMERA EM IMPULSOS ELÉTRICOS E O ENVIA PARA UM RECEPTOR IMPLANTADO SOBRE A MEMBRANA MUCOSA DO OLHO, DE FORMA MUITO SEMELHANTE AO QUE O IMPLANTE COCLEAR EXECUTA EM RELAÇÃO A IMPULSOS AUDITIVOS (FIGURA 03), MAS É DIFÍCIL QUE A PROPAGAÇÃO DA NOVA TÉCNICA GERE ARGUMENTOS TÃO POLÊMICOS QUANTO O OUVIDO BIÔNICO, UMA VEZ QUE NÃO É RELATADO QUE OS CEGOS SE ORGANIZEM EM UM GRUPO QUE CONCEBE A CEGUEIRA COMO DIFERENÇA CULTURAL EM VEZ DE DEFICIÊNCIA.



Figura 03: Fotografia do implante de retina, obtida no site [http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/implante\\_de\\_retina\\_aprovado\\_para\\_uso\\_na\\_europa.html](http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/implante_de_retina_aprovado_para_uso_na_europa.html)

(acesso em 23 de abril de 2011)

ENFIM, O ARTEFATO É ALVO DE MUITAS DISCUSSÕES POLÊMICAS ENTRE SURDOS, PROFISSIONAIS DA ÁREA DA FONOAUDIOLOGIA E SOCIEDADE OUVINTE, POR REPRESENTAR TAMBÉM UMA AMEAÇA ÀQUELES QUE SE INSEREM NA COMUNIDADE SURDA. TANTO O IMPLANTE DE RETINA QUANTO O IMPLANTE COCLEAR FUNCIONAM DE FORMA A CAPTAR OS ESTÍMULOS SENSORIAIS, TRANSFORMÁ-LOS EM IMPULSOS ELÉTRICOS E TRANSMITI-LOS PARA AS CÉLULAS RESPONSÁVEIS PELA ESTIMULAÇÃO VISUAL OU AUDITIVA, MAS INEXISTE UMA “COMUNIDADE CEGA” QUE REIVINDIQUE DIREITOS LINGÜÍSTICOS E RECONHECIMENTO DE

---

14 A tecnologia é recente, e a CIRURGIA DO IMPLANTE DE RETINA, NOMEADO ARGUS II E DESENVOLVIDO PELA EMPRESA SECOND SIGHT MEDICAL PRODUCTS, COM SEDE NA CALIFÓRNIA – ESTADOS UNIDOS, SÓ É FEITA EM PARIS, GENEBRA E LONDRES, PELO PREÇO DE US\$100 MIL.

SUA CULTURA PRÓPRIA. O IMPLANTE COCLEAR SE REFERE, ALÉM DAS QUESTÕES RELATIVAS À INSERÇÃO DE UM COMPONENTE ELETRÔNICO NO ESQUEMA CORPORAL, À ESCOLHA DA MODALIDADE LINGÜÍSTICA DO SUJEITO DEFICIENTE, REFLETINDO TAMBÉM EM SUA COGNIÇÃO CEREBRAL, ENQUANTO O IMPLANTE DE RETINA SE RESTRINGIRIA AO ÂMBITO DE PROPICIAR UM NOVO SISTEMA DE INFORMAÇÕES VISUAIS AO CEGO, SEM OBJETIVAR UMA SUPOSTA ALTERAÇÃO DE CÓDIGO LINGÜÍSTICO, VISTO QUE OS CEGOS SE ADAPTAM À LÍNGUA PORTUGUESA, ENQUANTO A MAIORIA DOS SURDOS ADULTOS EM BRASÍLIA UTILIZA PREFERENCIALMENTE A LIBRAS.

APESAR DISTO, AMBOS OS IMPLANTES SÃO CONTROVERSOS QUANDO SÃO LEVADOS EM CONTA PARA UMA ANÁLISE DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA OS SUJEITOS QUE ADQUIRIRAM A REFERIDA INAPTIDÃO SENSORIAL DE FORMA CONGÊNITA OU AINDA NOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA. DEPOIS DE UMA CERTA IDADE, DIZEM OS PROFISSIONAIS DO CEAL, O CÉREBRO PERDE SUA CAPACIDADE ELÁSTICA, E FICA CADA VEZ MAIS DIFÍCIL PARA UM SUJEITO SE ADAPTAR A UM NOVO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SENSORIAIS. PARA UMA PESSOA QUE NASCE CEGA OU SURDA E RESOLVE FAZER UMA CIRURGIA DE IMPLANTE NA IDADE ADULTA, O RISCO DE NÃO CONSEGUIR SE ADAPTAR ÀS NOVAS FONTES DE INFORMAÇÃO PROPICIADAS PELO ARTEFATO É BEM MAIOR DO QUE PARA QUEM FAZ A CIRURGIA ENQUANTO CRIANÇA.

SENDO O CORPO UM SÍMBOLO, ELE PODE SER ESAVÍDO DE SIGNIFICADO E RECONSTRUÍDO CONFORME PRESCRIÇÃO TERAPÊUTICA, COERÇÃO SOCIAL, VONTADE INDIVIDUAL. OS ARTEFATOS QUE SE INTRODUZEM NOS CORPOS SÃO CAUSADORES DE DISCUSSÕES EM SOCIEDADES OCIDENTAIS, PAUTADAS EM VALORES INDIVIDUALISTAS, EM RELAÇÃO À SUPRESSÃO DE UM DÉFICIT SENSORIAL, MAIS ESPECIFICAMENTE A VISÃO E A AUDIÇÃO, OS SENTIDOS DE MAIS DESTAQUE, A PRINCIPAL DIFERENÇA É QUE OS SURDOS POSSUEM UMA COMUNIDADE ORGANIZADA A PARTIR DE VALORES CULTURAIS, E POSSUEM UMA LÍNGUA PRÓPRIA. AS GRANDES POLÊMICAS RELACIONADAS AO IMPLANTE COCLEAR SÃO ORIUNDAS DOS EMBATES ENTRE GRUPOS DA COMUNIDADE SURDA E GRUPOS QUE DEFENDEM A CIRURGIA DE IMPLANTE COCLEAR.

O INDIVIDUALISMO COMO PANO DE FUNDO TEÓRICO-CONCEITUAL E A COMPARAÇÃO DOS DÉFICITS RELACIONADOS À VISÃO E À AUDIÇÃO COMO OS DOIS PRINCIPAIS SENTIDOS DE APREENSÃO DO MUNDO NAS SOCIEDADES OCIDENTAIS (COM SEUS RESPECTIVOS ENCAMINHAMENTOS ENCONTRADOS PELA MEDICINA E PELOS PRÓPRIOS SUJEITOS PORTADORES DE TAIS DIVERSIDADES SENSORIAIS) REPRESENTAM UM PRIMEIRO PASSO NA PROBLEMATIZAÇÃO DA QUESTÃO QUE SE COLOCA NO CASO DO IMPLANTE COCLEAR EM BRASÍLIA. PARA CONTINUAÇÃO DA ANÁLISE HÁ QUE SE TECER ESTUDO PORMENORIZADO DE SURDOS FRENTE À SOCIEDADE OUVINTE (SEJAM INTÉRPRETES, SOCIEDADE EM GERAL, PROFISSIONAIS DA FONOAUDIOLOGIA, PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E OUTROS, REPRESENTANTES DE FAMÍLIAS DE SURDOS) E DE SURDOS FRENTE A SI PRÓPRIOS, CONSIDERANDO AO MESMO TEMPO A INDIVIDUALIDADE A QUE A SURDEZ

**LEVA UM INDIVÍDUO EM RELAÇÃO ÀS ESCOLHAS FEITAS E AO GRAU DE SURDEZ E À ORGANIZAÇÃO DE SURDOS EM GRANDES GRUPOS.**

## CAPÍTULO 2 - Surdos e ouvintes: Marcas da Deficiência Auditiva

“Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total da capacidade auditiva, sendo indicados recursos didáticos, terapêuticos e tecnológicos especiais, a fim de que a pessoa possa usufruir os processos de comunicação dos ouvintes.”

(Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais da Universidade de Brasília – PPNE/UnB, em folhetos divulgados pelo campus.)

A sociedade ouvinte concebe a surdez de diferentes formas, conforme a intensidade do contato com os sujeitos surdos. Intérpretes de Libras, familiares de surdos e profissionais de áreas que trabalham de alguma forma com sujeitos surdos (pedagogia, psicologia, fonoaudiologia) tendem a figurar como ativistas políticos na luta pelos direitos reivindicados ao Poder Público, seja compartilhando concepções em defesa da “cultura Surda”, seja em defesa de melhores condições na obtenção da cirurgia de implante coclear pelo Sistema Único de Saúde – SUS, ou – como ambos os lados reivindicam - por melhores adaptações por parte das escolas. Há entre as reivindicações de pais de surdos, a denúncia do despreparo das escolas em Brasília para receber alunos surdos participantes de quaisquer abordagens metodológicas para lidar com o déficit auditivo. Para eles, não há intérpretes especializados para os alunos que utilizam a Libras, bem como há escolas que não incentivam o treinamento de professores para lidar com alunos implantados.<sup>15</sup>

Por sua vez, a sociedade ouvinte que não possui relações diretas com sujeitos surdos e suas demandas de forma geral desconhece as implicações de se reivindicar uma etnicidade a partir da utilização da Libras e em defesa de uma “cultura Surda”, e concebe a surdez como uma deficiência que implica na maioria das vezes um tratamento uniforme, sem distinções de abordagens, graus e tipos de surdez. Os ambientes sociais estabelecem parâmetros sobre a expectativa do normal e do patológico, num processo classificatório que se dá nas relações sociais e na construção de expectativa da identidade social de alguém. (GOFFMAN, 1988). O

---

15 O CEAL oferece um treinamento específico para professores de alunos implantados, em que são discutidas as formas de se lidar com a criança ou jovem e as melhores abordagens pedagógicas a serem tomadas em sala de aula. O comparecimento dos professores é geralmente menor do que as expectativas dos pais de surdos e do próprio CEAL.

convívio social dos sujeitos surdos incorre quase sempre em superação de obstáculos e preconceitos por parte dos ouvintes, que concebem a surdez sob o prisma biomédico: como patologia auditiva, déficit, desvio a ser corrigido.

No presente capítulo traço um panorama de como ouvintes se relacionam com surdos e com a surdez e faço uma pormenorização da concepção da surdez como deficiência auditiva através de conceitos utilizados pela sociedade ouvinte em geral que não tem contato direto com os sujeitos surdos (Mídia, Poder Público, etc), conceitos estes que constituem marcas definidoras de significados da surdez numa representação genérica que por vezes mostra desconhecimento da manifesta diversidade dos conceitos de surdez, considerados os diversos grupos de surdos que clamam por coisas divergentes e muitas vezes conflitantes.

Observo também a importância do papel que exercem os pais (em sua grande maioria ouvintes) das crianças surdas que utilizam o implante coclear no CEAL e os intérpretes de Libras para a cultura Surda. A deficiência possui duas principais abordagens: a social, que insere os debates na agenda política no sentido de englobamento das partes em função de um todo, no caso da surdez representado pela “comunidade Surda”, e a da deficiência, que individualiza a busca do sujeito pela normalização, na perspectiva de erigir o discurso científico médico de necessidade de neutralização do déficit como verdade absoluta. Para pormenorização do capítulo, utilizo a concepção mais holista da deficiência nos termos nativos do carácter social da deficiência, ao passo que a concepção mais individualista fica por conta dos termos que constituem o enfoque clínico-patológico.

## **2.1 - As noções de senso comum**

Marcel Mauss (1974) elucida que a noção de Pessoa é uma categoria construída histórica e socialmente ao longo dos séculos. Sendo as sociedades diferentes conforme localização geográfica e temporal, uma figura do sujeito universal e soberano não existe, sendo que o sujeito se constrói sempre em relação aos jogos de verdade presentes na cultura da sociedade em que vive (FOUCAULT, 2004). Nas sociedades ocidentais, pode-se dizer de modo esquemático que coexistem duas principais concepções de Pessoa em relação às deficiências: se considerada a visão do sujeito confinado a uma única subjetividade, a deficiência é concebida como desvio, aberração, anomalia, falta. A partir de seu reconhecimento como transformação do sujeito, a deficiência é uma experiência que constitui

em um dos infinitos modos de vida que um sujeito pode ter em relação ao universo cognoscível. Mas a deficiência está sempre relacionada às restrições sociais impostas às pessoas que possuem variedade nas habilidades corporais. Santos (2008, p. 503) esclarece as diferenças entre a forma social e médica de se conceber a deficiência.

A primeira afirma que a deficiência é uma manifestação da diversidade humana que demanda adequação social para ampliar a sensibilidade dos ambientes às diversidades corporais. A segunda perspectiva sustenta que a deficiência é uma restrição corporal que necessita de avanços na área da Medicina, da reabilitação e da Genética para oferecer um tratamento adequado para a melhoria do bem-estar das pessoas

A distinção entre as concepções de deficiência assemelha-se às concepções socioantropológica e biomédica no caso específico da surdez, e também traz diferentes implicações político-sociais conforme o contexto e a concepção que se está utilizando. Houve ao longo da história humana um processo de dominação do corpo pela ciência biomédica, em que o corpo excepcional passa a ser representado como patológico (FOULCAUT, 2001). Tendo a surdez como referência, pode-se dizer que há a partir da dominação do saber médico um distanciamento entre surdos (especialmente do segmento socioantropológico da surdez) e ouvintes. Antes sacrificados por suas diferenças, classificados como loucos ou débeis, enclausurados e depois vistos unicamente sob o prisma assistencialista (SANTOS, 2008), em relação à surdez hoje há a predominância da concepção de doença a ser curada, neutralizada. Le Breton fala sobre o afastamento da própria sociedade em relação à corporeidade suscitada pelos sujeitos deficientes:

Nesses atores o corpo não passa despercebido como manda a norma de discrição; e quando esses limites de identificação somáticos com o outro não mais ocorrem, o desconforto se instala. O corpo estranho se torna corpo estrangeiro e o estigma social funciona então com maior ou menor evidência conforme o grau de visibilidade da deficiência. [...] Proibindo o próprio corpo, eles suscitam o afastamento bastante revelador da atitude de nossas sociedades para com a corporeidade. (LE BRETON, 2006, p. 49-50)

O ouvinte que não possui relações diretas com sujeitos surdos utiliza em seu discurso algumas palavras que demonstram tal distância, e revelam uma concepção da surdez com traços bastante genéricos. Palavras extraídas de notícias veiculadas pela imprensa, fragmentos de diálogos que tive em minhas observações de campo e mesmo algumas políticas públicas simbolizam a concepção da surdez predominantemente pelo enfoque denominado clínico-

patológico ou mesmo pelo socioantropológico, de uma forma muitas vezes generalizante, que desconhece suas diferentes concepções e abordagens.

Em termos de ordenamento jurídico, a partir da Constituição Federal de 1988 as pessoas com deficiência passaram a ser legalmente amparadas no Brasil. Hoje, o chamado *modelo social da deficiência* propicia seu enfrentamento como questão pública, não mais somente restrita à esfera privada e dos cuidados familiares (SANTOS, 2008). A legislação brasileira vem buscando propiciar o acesso à educação de Surdos e deficientes auditivos regulamentando as profissões de intérprete, cursos superiores de Libras e o ensino da língua portuguesa como segunda língua e assegurando o acesso à informação, comunicação, educação e serviços de saúde (BRASIL, 2005).

A redação oficial brasileira distingue as duas diferentes abordagens da surdez. É usada a palavra “surdo” para designar a pessoa que *“compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”*, e “deficiente auditivo” para quem tem *“perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais<sup>16</sup>, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”*(Decreto nº5.626/2005). A ideia de “surdo”, presente na definição, remete a todo um conjunto de relações que define um modo de vida específico, enquanto a ideia de “deficiente auditivo” alude a um déficit orgânico, uma falta.

Um exemplo que demonstra o distanciamento do ouvinte geral em relação ao surdo é a utilização do termo “surdo-mudo” para designar os sujeitos surdos. Usado sobretudo antes dos anos 80 (ROCHA, 2007), depois desta data o termo caiu em desuso, visto que os sujeitos surdos possuem em sua grande maioria o aparato vocal em boas condições, muitos são oralizados e conseguem falar, outros ainda produzem sons, mesmo que estes não sejam cognoscíveis ao ouvinte, e, portanto, não são mudos. Ainda hoje, no entanto, o termo é utilizado.

---

16 Perdas auditivas acima de 41 decibéis são classificadas pela fonoaudiologia como surdez moderada, (41 a 55 db), acentuada (56 a 70 db), severa (71 a 90 db) e profunda (acima de 91 db).

Outro termo, este mais controverso, se refere à Libras como linguagem de sinais, quando, na verdade, a sigla significa *Língua Brasileira de Sinais*. A Lei nº10.456 de 2002, por exemplo, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e a concebe como:

Forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A ideia de estrutura gramatical própria, presente na lei, é o que eleva a Libras ao patamar de língua, ou seja, enquanto o termo *linguagem* definiria algo menos definido, o termo *língua* designa especificamente uma comunidade que comunica, transforma e cria seus signos. A Libras é o que define então a comunidade surda brasileira (SASSAKI, 2002). Há, no entanto, algumas controvérsias por parte de acadêmicos que ora consideram a Libras uma língua, ora a consideram uma linguagem apenas. A controvérsia se deve ao fato de a Libras não ter nem uma forma escrita nem um vocabulário científico definido, o que está sendo superado conforme o acesso que os Surdos vão conquistando aos meios educacionais mais elevados.

A utilização da linguagem ou da língua como forma de definição de uma cultura existe também em outros contextos diversos, como no campo da antropologia indigenista, em que os chamados dialetos e línguas indígenas representam importantes marcos definição de grupos e campos culturais. O debate da Libras e sua não definição precisa como língua ou linguagem é uma forma do desdobramento da discussão da legitimidade do culturalismo dos Surdos através da contraposição entre o que se consideraria uma “cultura à parte” ou uma expressão particular da cultura brasileira.

Outra questão levantada a partir da utilização terminológica é a do surdo como “portador de deficiência auditiva”. Recentemente, pela recomendação de militantes e cientistas da deficiência, o Poder Legislativo brasileiro começou a deixar de utilizar a palavra “portador”, seja para a surdez ou para qualquer outra deficiência, visto que a palavra expressa uma ideia de que é possível transferir a deficiência para outrem, uma vez que se “porta”, apenas. O termo politicamente correto seria “pessoas *com* deficiência”, que passa a ser revisado nos textos oficiais do país. Tal discurso, juntamente à própria ideia de deficiência como algo a ser necessariamente transposto em direção à sua neutralização, se relaciona com

o escopo individualista ao partir do pressuposto que a surdez é algo circunstancial e exterior ao indivíduo, e que seria, portanto, algo anexo a ele que o diminui.

A frase do panfleto citada no começo do presente capítulo é outro exemplo de como a sociedade ouvinte geral conhece a surdez majoritariamente como deficiência auditiva, produzindo e reproduzindo marcas que traduzem esse significados. O texto aponta somente para os métodos que busquem aproximar o surdo da comunicação dos ouvintes, e em parte alguma do panfleto é citada a Libras e a existência de uma comunidade Surda que reivindique o status de cultura própria.

Para Michel Foucault (2001), com o avanço científico o corpo diferente passou a ser conhecido como *monstruoso*, banalizado pelo controle que a biomedicina exerce sobre ele e docilizado pela intervenção cirúrgica e pela habilitação. A reprodução da concepção clínico-patológica da surdez, como deficiência a ser neutralizada, conduz a discussão ao argumento do “perigo da medicalização”, levantado especialmente por Surdos e pais de Surdos, que consiste em elevar o discurso médico ao patamar de verdade absoluta e desconsiderar outros mecanismos de se lidar com o que é chamado de “deficiência”, ou seja, partir para a cirurgia de implante coclear sem considerar para seus filhos uma educação especial através da Libras.

Explicar a surdez como uma experiência privada e individual conduz justamente a alternativas de normalização exclusivamente por parte do sujeito surdo e de sua família, ao passo que, como experiência coletiva, significa referir-se principalmente à “Cultura Surda” e suas reivindicações por legitimação social. Observei algumas vezes uma crítica por parte dos Surdos, suas famílias, militantes da “cultura Surda” e intérpretes em geral, apontando para uma marginalização social dos Surdos devido ao papel central da medicina na sociedade ocidental, que encaminha as pessoas surdas diretamente aos métodos oralistas, em especial os médicos das crianças que fazem o teste da orelhinha<sup>17</sup> após o nascimento e detectam algum grau de surdez.

---

17 O teste da orelhinha é um programa de avaliação da audição em recém nascidos, indicada por instituições do mundo todo para diagnóstico precoce de perda auditiva, uma vez que sua incidência, na população geral, é de 1 a 2 por 1000 nascidos vivos. (Em [www.testedaorelhinha.com.br](http://www.testedaorelhinha.com.br) - 29/05/11)

Nas minhas observações, muitos pais do CEAL foram criticados pelos Surdos em suas escolhas pelo implante devido ao fato de o terem feito levando em conta somente o discurso do médico que examinou a criança, “sem conhecer a importância da Libras”, e também por não “assumirem completamente a responsabilidade” de se ter uma criança implantada, o que requer diversos cuidados por parte dos pais. Observei de fato uma atitude imediatista em relação ao implante por parte de alguns pais, que aparentavam pensar que o artefato cumpre sua função de forma imediata, como uma espécie de mecanismo automático de cognição e audição. A justificativa da maioria dos pais que optam pela cirurgia do implante sem pensar em recorrer à Libras é a de que, devido ao período de neuroplasticidade<sup>18</sup> das crianças, os pais não podem esperar que seus filhos cresçam para que depois tomem a decisão pelo implante ou por outro método, o que é ponto bastante conflitante com os surdos sinalizados.

A fonoterapia, no caso do implante, é um grande diferencial em relação a óculos, marcaphones e outros implantes e próteses. Os profissionais do centro atribuem o desenvolvimento oral-auditivo da criança ao treinamento terapêutico vocal e auditivo, e, principalmente, à continuação da fonoterapia em casa, com a ajuda dos pais. Muitos pais não “treinam” com os filhos em casa e alguns poucos não os levam ao CEAL com a frequência necessária. Estes pensam que somente a aplicação do implante gerará efeitos. O CEAL, no entanto, procura ter todas as precauções e conversar com todos os pais em relação à importância da fonoterapia e a potenciais concepções superficiais do implante cujos pontos de vista acabam por transformá-los em um mero objeto estético sem função auditiva, ou, num “par de brincos”, nas palavras do Pe. Giuseppe, diretor do Centro. O grande ponto de discussão da fonoterapia em relação ao grupo que utiliza a Libras é o fato de que, durante o treinamento oral-auditivo, a língua de sinais é evitada, pois pode atrapalhar o desenvolvimento da criança.

Pela minha experiência em campo, percebi que, em relação à surdez, a sociedade em Brasília está pautada no conhecimento biomédico e a concebe majoritariamente como um desvio a ser corrigido, tomando a metodologia do implante coclear como propiciadora de liberdade e de autonomia do indivíduo frente à sociedade. A sociedade de modo geral ainda

---

<sup>18</sup> Os profissionais do CEAL explicam que depois de aproximadamente 7 anos, a criança que nasce surda tem dificuldades de adaptação ao implante coclear, pois começa a não conseguir entender os estímulos auditivos.

está começando a conhecer a Libras, e boa parte não sabe que ela é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão<sup>19</sup>: as pessoas dão como obrigatórias a leitura labial e a normalização através de cirurgias de correção e a aplicação do implante coclear, não sabem como conversar com um surdo implantado ou oralizado (e acabam virando de costas ao falar), desconhecem que há surdos que não desejam se “normalizar” e surdos que desejam neutralizar a surdez, enfim, estabelecem marcas que acabam por estigmatizar os sujeitos surdos de forma a concebê-los como deficientes auditivos sem considerar que existe uma escolha lingüística a ser feita, e quais são as decorrências desta escolha.

Reflexos da predominância biomédica da concepção de surdez, da ainda recente introdução da preocupação social com a deficiência nas políticas públicas de acessibilidade e da própria falta de estrutura administrativa do Poder Público está no despreparo das escolas em receber alunos deficientes. Segundo dados da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS – (2010), existem hoje 710.320 Surdos excluídos do sistema escolar, e apenas 3% deles conseguem terminar o ensino médio. Há, além disso, a enorme dificuldade de comunicação de um Surdo que vai a algum órgão público sem um intérprete, como bancos e hospitais. Uma professora, pedagoga e intérprete de Libras me esclarece quais são as principais reivindicações dos surdos. A primeira delas é em relação à acessibilidade comunicativa pela Língua Brasileira de Sinais:

A principal reivindicação é ter essa língua tratada no mesmo pé de igualdade em que as línguas orais são tratadas. Então, a gente já tem legislação dizendo que a Libras é a primeira língua dos surdos, que é a língua que deve ser valorizada e reconhecida, mas os surdos chegam aos órgãos públicos, por exemplo, e não tem ninguém que sabe falar Libras, inclusive nas escolas. Os professores na maioria não sabem Libras, e os intérpretes que tem nas escolas falam um pouquinho de Libras. Então: que acessibilidade comunicativa eles têm?

A política atual de inclusão, de colocar um surdo numa mesma turma de ouvintes, se choca com a necessidade sensorial específica da surdez no caso dos surdos sinalizados, que precisam de atendimento especial, e por isso há toda uma polêmica em torno do assunto. Em suma, há divergentes e contraditórias opiniões sobre como se deve traçar relações e

---

<sup>19</sup>Conforme artigo 1º da lei federal de nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências.

simbolizar a surdez. Dentre os ouvintes, pais, profissionais do CEAL e os que não lidam diretamente com os surdos consideram a surdez uma deficiência a ser neutralizada.

Pais e profissionais lutam por melhores condições de acesso às cirurgias para o Sistema Único de Saúde, e pelo benefício de prestação continuada, um valor pago pelo Governo aos pais de crianças deficientes, de um salário mínimo. O Benefício de Prestação Continuada– BPC - foi criado para atender pessoas pobres com deficiência que necessitam de assistência social. Muitos pais das crianças atendidas pelo CEAL recebem o Benefício, que possui os próprios critérios de definição de deficiência<sup>20</sup>, muitas vezes incompatível com o conceito do CEAL. Segundo Ferreira (2009, p.48):

O conceito de deficiência adotado pelo BPC contribui para limitar mais ainda seu alcance, à medida que restringe a definição de deficiência à incapacidade da pessoa com deficiência exercer qualquer atividade de labor e à dependência de terceiros para sobreviver.

A focalização do benefício e suas restrições de renda excluem um significativo número de requerentes pobres, e o fato de os médicos ignorarem dificuldades de aquisição de linguagem e de comunicação realça a imprecisão do conceito de deficiência. Para Santos (2008), as maiores controvérsias do BPC se referem ao seu caráter restritivo, em relação tanto à renda quanto ao conceito pouco abrangente da deficiência.

Por sua vez, intérpretes, pessoas envolvidas diretamente com a “causa Surda” e pais de Surdos consideram a surdez uma condição, e têm como principal luta aquela que reivindica direitos políticos de reconhecimento, como a de acesso a intérpretes especializados em salas de aula, no trabalho e em locais públicos. O mais importante no contexto do CEAL é observar o papel dos pais das crianças implantadas, que optaram por fazer a escolha lingüística por suas crianças e assumem a responsabilidade política e educacional de tal escolha.

## **2.2 - opiniões sobre o implante;**

---

20 Para ter acesso ao benefício, a pessoa deficiente deve ser aprovada em perícia médica realizada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, que para concessão do benefício, analisa a renda *per capita* da família e a intensidade da deficiência (SANTOS, 2008).

As fonoaudiólogas do CEAL definem o implante coclear como artefato que propicia o desenvolvimento da fala e da linguagem, bem como “melhores condições na busca pela aproximação lingüística da idade cronológica da criança e pela cidadania do surdo”. Em reportagem, uma delas comenta sobre a função do implante coclear:

Resumidamente o implante coclear melhora a qualidade auditiva das crianças, melhora a comunicação oral das crianças, enfim, é um auxiliar bastante significativo em relação a essa busca constante que a gente tem em relação à cidadania do surdo (Globo Vídeos, 2011).

Os educadores da “Cultura Surda”, no entanto, alegam uma “política de opressão e imposição de uma cultura ouvinte” em que o médico que faz o diagnóstico da surdez, não tendo informações sobre o aspecto socioantropológico desta, mostra a perspectiva de doença, deficiência, apresentando o implante como solução. Para uma educadora pesquisadora do campo socioantropológico da surdez, o implante é reflexo do domínio da perspectiva sociotécnica da biomedicina:

“Eu não acredito que é por opção da família que eles fazem o implante coclear, mas por uma forte influência da medicina, da fonoaudiologia e muitas vezes do professor da escola. [...] O grande problema é porque quando você faz o implante coclear no Brasil, logo em seguida você proíbe a língua de sinais. [...] e a gente sabe que a Libras tem a possibilidade de contribuir completamente com o desenvolvimento do pensamento, do sujeito, das questões emocionais e da personalidade.”

Os intérpretes de Libras dividem a opinião geral sobre a acessibilidade através da língua de sinais de que os órgãos públicos e educacionais “evitam os Surdos” por ser “algo dispendioso, visto que a comunicação é menos efetiva e há a necessidade de se contratar um intérprete”, profissão recentemente regulamentada pelo Estado Brasileiro. Em relação ao implante, uma intérprete opina em entrevista que a falta de esclarecimento dos pais leva à cirurgia:

Eu sou contra porque eu acho que é um método algo muito agressivo [...] e a gente vê inúmeros casos de pessoas implantadas tentando se matar, tentando desligar, tentando tirar, e depois que você coloca não tem como [tirar], então eu acho uma agressão, e eu acho uma injustiça muito grande dos pais, porque eles não têm noção do mal que estão fazendo aos filhos, e é claro que a maioria faz sem ter noção disso, porque não tem esclarecimento.

O ponto de vista da intérprete lembra algo que ocorre também no caso da cegueira. Oliver Sachs (1995) escreve sobre um cego que passou somente os 5 primeiros anos de sua

vida com visão, e os 45 anos seguintes cego. Sua cirurgia de recuperação da visão foi fracassada por ele não conseguir se habituar ao mundo visual. Virgil acaba por entrar em depressão, ficar cego novamente e termina por morrer pouco depois. Sachs (1995, p.129) explica que:

O mundo não nos é dado: construímos nosso mundo através de experiência, classificação, memória e reconhecimento incessantes. Mas quando Virgil abriu os olhos [...] não havia memórias visuais em que apoiar a percepção. [...] Ele viu, mas o que viu não tinha qualquer coerência.

A agnosia vivida por cegos que passam uma vida inteira adaptados à cegueira e posteriormente passam a perceber a visão se assemelha com uma possível agnosia por parte de surdos adultos não oralizados que utilizam a Libras como principal meio de comunicação e posteriormente passam a desejar perceber informações auditivas através do implante coclear. Ambos os sentidos são restabelecidos por meio de intervenções, e passam a ser meios de apreensão de informação do ambiente, mas há sujeitos que não conseguem se adaptar ao novo esquema sensorial, como o relatado pela citação da intérprete em relação às pessoas tentarem tirar o implante coclear. Há o receio de que os surdos entrem em depressão por não conseguirem entender o que estão ouvindo.

Há ainda a comparação do Brasil com países europeus (p.ex. Suécia e Dinamarca), em que a língua escrita só é introduzida às crianças depois que elas aprendem a língua de sinais, processo inverso do brasileiro. A opinião de quem defende a surdez como condição e não deficiência, de forma geral, é a de que o implante gera uma falsa impressão de que a pessoa irá falar e escutar. Alguns afirmam inclusive que o próprio implantado sofre com uma “falta de identidade” por rejeitar ser surdo, mas não ser surdo nem ouvinte. Ambas as abordagens da surdez, no entanto, enfatizam a importância dos pais e da família para o desenvolvimento e aceitação da criança surda.

### **2.3 - A identidade dos pais dos surdos**

A família é instituição de grande importância no Brasil, e na contemporaneidade dos arranjos familiares se manifesta de forma pluralizada. Como organização social viva e inserida na tessitura social, é inscrita em princípios estruturadores. O individualismo se insere no contexto familiar no sentido de que “na sua versão da alta modernidade, [o individualismo]

produziu inequívocos efeitos nas formas familiares, nos seus princípios e nos valores atribuídos à esfera familiar”. (MACHADO, 2001, p.13)

Sendo influenciada por ideais individualistas bem como pelo “código relacional de honra”, presente nos modelos tradicionais (MACHADO, 2001, p.13), as famílias do CEAL que têm suas crianças implantadas têm um papel ativo na constituição da família e na própria concepção de si mesmos. Valores da biomedicina conduzem as decisões à execução da cirurgia de implante, visando propiciar às crianças a “possibilidade de exercerem a cidadania”, e de “fazerem parte da sociedade”. A partir da escolha pela cirurgia de implante coclear, novos significados passam a fazer parte do *habitus* dessas famílias, o que em muitos casos gerou uma fragmentação em suas organizações, segundo os pais com quem conversei, por conta de opiniões divergentes em relação à cirurgia.

A relação dos pais com seus filhos surdos, considerando a condição sensorial específica da surdez é, na maioria das vezes, conflitante, especialmente nos primeiros anos de vida da criança, visto que 90% dos pais de surdos são ouvintes (Silva, Pereira e Zanolli, 2007). O processo de adaptação implica sacrifícios por parte dos pais, e pode-se considerar que mesmo a identidade desses pais se transforma a partir dos esforços que fazem para prover uma “boa educação” aos filhos. A surdez das pessoas atendidas CEAL é em boa parte das vezes congênita ou adquirida após uma meningite nos primeiros anos de vida, e quase todo o contexto político, jurídico e educacional relativo à surdez se refere a crianças e jovens que ainda não chegaram à idade de exercer seus direitos políticos e ainda não possuem condições de reivindicar por si próprias o que consideram necessário à inserção e adaptação social.

Tanto no CEAL como fora dele, dizer que alguém é “pai de surdo” significa quase sempre falar de alguém que pode ter deixado um emprego de lado para cuidar do filho ou é militante e ativo politicamente na reivindicação dos direitos dos surdos. A depender do nível de participação, segundo um dos pais do Centro, é necessária uma abdicação total por parte de um familiar, e o trabalho de um pai ou mãe de criança surda é “correr contra o tempo” para propiciar o desenvolvimento de alguma forma de comunicação com o mundo. Muitas vezes o Benefício de Prestação Continuada era a única fonte de renda dos pais com quem conversei no CEAL.

Os pais desenvolvem seu próprio conceito de surdez conforme a convivência com os filhos, e tal concepção de surdez por parte dos pais de uma criança surda, juntamente com o estágio de avanço tecnológico das metodologias de educação e da medicina, é o que

determina a escolha da modalidade de linguagem a ser utilizada. Silva, Pereira e Zanolli (2007) fazem um estudo e percebem o posicionamento de várias mães em conceber a surdez como doença, como deficiência e a posição liminar, que transita entre as duas concepções, observada na maioria das mães. A representação das possibilidades lingüísticas dos filhos varia conforme a informação que os pais têm sobre a surdez. Fica evidente, então, a importância de a família ter concepções claras da surdez para que escolha de forma segura a modalidade de linguagem que será privilegiada na relação dos pais com a criança.

A surdez é característica de uma minoria, seja ela lingüística ou não, e os surdos vivem indiscutivelmente imersos num “mundo ouvinte”. A concepção de surdez por parte dos ouvintes é o princípio da revelação do jogo simbólico que confronta a movimentação de adaptação da sociedade com a movimentação de adaptação individual por parte dos indivíduos surdos. Segundo Santos (2008, p. 506), é possível uma pessoa ter lesões e não experimentar a deficiência, “a depender de quanto a sociedade esteja ajustada para incorporar a diversidade”, ou seja, há uma diferença corporal, e a deficiência consistiria nas implicações sociais geradas a partir dela.

Em síntese, atualmente a surdez é vista pela maioria dos ouvintes e por parte dos próprios surdos como uma deficiência, o que reflete a preponderância do discurso biomédico e dos valores individualistas predominantes na sociedade ocidental e significa marca de diferença atrelada ao corpo e à identidade do sujeito, remetendo ao ajustamento por parte dos sujeitos surdos, vistos como minoria populacional, mas ainda não como minoria política (Santos, 2008) ou cultural. Não é de conhecimento geral a diferenciação na acessibilidade dos surdos em relação à escolha da modalidade lingüística a ser trabalhada, quase sempre feita pelos pais de crianças em tenra idade, que optam, quando podem, pela inserção do implante coclear.

O cenário público da acessibilidade para surdos está sendo modificado por políticas recentes que priorizam adaptações por parte da própria sociedade, a partir da visão da deficiência através do modelo social (Santos, 2008), e amenizam a situação de “opressão” em que se encontram principalmente os Surdos. A partir da união de indivíduos surdos numa comunidade que possui um peso político de reivindicação por direitos, argumentos de apoio à “cultura Surda” procuram reconhecer o corpo com deficiência como manifestação da diversidade corporal, enquanto argumentos a favor da cirurgia de colocação do implante objetivam a cidadania através da oralização.



## **CAPÍTULO 3 - Surdos e surdos: diferença e deficiência**

### **3.1 - O dia nacional do Surdo como experiência de campo:**

Uma das minhas primeiras experiências de campo evidencia o que ocorre entre as divergentes formas de concepção de corpo e Pessoa relacionadas à surdez. No dia 26 de setembro de 2009, Dia Nacional do Surdo, as Secretarias de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal promoveram um evento com várias palestras para suscitar o debate de conscientização da sociedade sobre a surdez. Havia palestrantes que defendiam o fortalecimento político dos Surdos e de sua cultura e palestrantes que apontavam para as evoluções de crianças que faziam o implante coclear.

Comecei a perceber que a distinção entre concepções teórico-metodológicas da surdez era conflituosa quando uma doutoranda em educação, Surda, disse que “não sabia o que a defesa do implante fazia ali”, e foi aplaudida pela metade esquerda do auditório. A palestrante afirmava que “A medicina tem duas oposições binárias: ouvintismo/surdo, certo/errado etc.”, que esta “transita entre extremos sem se preocupar com a subjetividade”, e que há “uma força propulsora de biopoder por parte do ouvintismo”. Com as vaias da parte direita da plateia descobri um grande grupo de mães de crianças do CEAL, indignadas, dizendo que a palestrante “não sabe o que está dizendo”.

De um lado, profissionais e familiares de surdos implantados. De outro, Surdos sinalizados e ouvintes simpatizantes do movimento Surdo. Ambos confrontavam suas percepções de corpo, surdez e cognição, ressaltando, acima de tudo, suas visões opostas no que tange a aspectos de educação, acessibilidade e cidadania. O debate acalorado resultou em discursos inflamados, lágrimas, argumentos científicos, desdém, gritos, indignação e clamores. Como experiência etnográfica, o Dia Nacional do Surdo representa meu ponto de partida para a investigação e análise de duas identidades diferentes (e supostamente opostas) a partir de configurações sensoriais semelhantes geradas pela surdez. Percebi então que em Brasília há implantados e usuários de Libras, há oralizados e sinalizados, enfim, há surdos e Surdos.

A utilização de termos e técnicas distintos para uma mesma deficiência, observada em campo, remete diretamente à discussão sobre Pessoa enquanto categoria de pensamento nativa, e construção culturalmente variável (DUMONT, 1985; MAUSS, 1974). Ambas as formas de se conceber o déficit auditivo são meios de questionamento do corpo como dado universal anterior à construção dos sujeitos, mas assumem formas predominantemente holistas ou individualistas. Os Surdos reivindicam o corpo que não ouve como possuindo uma mera configuração que os une numa comunidade ao invés de ter uma deficiência, enquanto os implantados almejam o direito de alterar a ordenação “natural” de seus corpos através do acoplamento de um artefato na parte de trás da cabeça.

No presente capítulo pretendo mostrar mais explicitamente como se dá a diferenciação entre o grupo de Surdos que apresenta algumas configurações holistas em relação à sociedade geral e o grupo de surdos que reivindica a transformação de seus corpos para alcançar o mundo sonoro, com traços essencialmente individualistas de priorização da liberdade de escolha de intervenção na composição corporal de cada pessoa, oriundos especialmente das ideias da biomedicina ocidental, lembrando que o que propicia a análise do ponto de vista de diferentes concepções de corpo surdo é a desnaturalização dos sentidos e a relativização de Pessoa.

### **3.2 surdos com “s” minúsculo: o ouvido biônico.**

“A vida tirara-me um sentido, e mais tarde a tecnologia devolveu-me graciosamente, de braços estendidos perante a possibilidade, bastou escolher e isso é bonito de se ver. Decifrar os sons, no corpo de adulta, mas criança ao mesmo tempo. É magia. O deslumbramento de um novo renascer.”  
(Citação retirada de um blog escrito por uma portuguesa com implante coclear, intitulado “sou uma cyborg”.)

Após o diagnóstico da surdez, constatada a inoperância das próteses tradicionais, considera-se fazer a cirurgia coclear. Composto por um microfone externo, processador de fala, transmissor, bateria, transformador, eletrodos e um cabo multicanal, o implante não é aplicável em qualquer surdo. Para se fazer a cirurgia de aplicação do implante coclear, é necessário que se cumpram alguns pré-requisitos, em que se considera faixa etária, formação

e permeabilidade da cóclea, nível de aquisição da língua portuguesa, expectativas e aprovação da família, ausência de comprometimento emocional grave e tipo de surdez.

Uma classificação recorrente difere surdos pré linguais de surdos peri-linguais e pós linguais, sendo os surdos pré linguais aqueles que já nasceram surdos ou que perderam a audição antes da aquisição de uma língua, e surdos peri-linguais ou pós linguais aqueles que perderam a capacidade auditiva depois que adquiriram alguma forma de linguagem oral. Tal classificação, dentre outras, faz uma notável diferença na percepção de si e da deficiência, e influi na seleção de prováveis candidatos ao implante coclear. Para a surdez pré-lingual é elaborada uma percepção de mundo com base numa configuração sensorial definida, enquanto que, quando se perde um sentido, há que se fazer toda uma reelaboração da forma de perceber o ambiente e a própria identidade, transformada pela mudança na recepção de informações do mundo externo. (MELLO, 2009).

Utilizo a fala de Ingold (2008, p.04), comparando os surdos pré linguais a um “um bolo menor”, e os surdos pós linguais a “um bolo do qual se retira uma fatia”: o autor se refere à forma como as pessoas têm que lidar com seus corpos no que é considerado deficiência, o que não significa que a experiência com o mundo seja incompleta. Na análise de campo da surdez, pode-se dizer que os recursos disponíveis a um nascido surdo já são dados fixos, e a partir de tal configuração o sujeito aprende a sentir o mundo, ainda que com menor amplitude sensorial (um bolo menor, mas inteiro), enquanto que uma pessoa que aprende a sentir o mundo da presença desse sentido e o perde posteriormente sente a perda sensorial (de uma fatia do bolo), mas, sendo o mundo sentido com o corpo todo, como em qualquer pessoa, é feito um “rearranjo” de sua forma de apreensão das informações do ambiente.

A experiência sensorial do mundo não se condiciona somente à presença funcional dos sentidos, mas também ao âmbito da cognição. Em Ingold (2008, p. 09), a visão “não está mais condicionada pela experiência corpórea de habitar um mundo iluminado”. Para audição, serve a premissa de que não basta viver num mundo sonoro: a experiência está diretamente condicionada ao aprendizado cognitivo do sujeito e à forma de engajamento no ambiente, especialmente no que diz respeito à linguagem, nos primeiros anos de vida. Os requisitos etários e linguísticos para aplicação do implante são criteriosos devido ao risco de o implante carregar informações auditivas e estas não serem percebidas enquanto tal pelo sujeito devido ao seu estágio de desenvolvimento das estruturas gramaticais internas.

Saliento aqui o fato de que os surdos adultos severos e profundos que já desenvolveram suas habilidades cognitivas e simbolização do universo cognoscível através das línguas de sinais, ainda que o tipo de surdez e o estado da cóclea permitam a cirurgia, não são candidatos ao implante, tanto pela faixa etária fora da neuroplasticidade (que segundo os especialistas vai até aproximadamente os sete anos de idade) quanto pela cognição linguística já desenvolvida em outro sistema (a Libras). A única exceção é a dos raros surdos sinalizados que também desenvolveram o oralismo e utilizam o sistema lingüístico da língua oral com notável habilidade. Tal argumento de impossibilidade de aplicação do implante é utilizado por alguns de seus defensores para afirmar que os “ataques” por parte da “comunidade Surda” ao implante coclear se dão sobretudo por conta desta impossibilidade.

Uma das questões éticas que se posicionam em relação às crianças implantadas se refere à escolha feita, que pertence à família, citada em linhas gerais no capítulo anterior. Os defensores da Libras afirmam que muitos implantados não se adaptam ao artefato, e que por isso, a escolha pelo implante deve ser da pessoa surda. No entanto, até que um surdo possa fazer suas próprias escolhas segundo nossos preceitos legais, ele saiu da idade limite para aplicação do implante. Há também o fato de que o cabo com eletrodos inserido na cóclea acaba destruindo as células que ali estão, impedindo a aplicação de alguma eventual tecnologia futura que pudesse utilizá-las de modo mais eficiente.

O princípio da reabilitação, inerente ao contexto do implante, interliga-se com a perspectiva oralista, tecnológica e individualista, e a própria decisão de proceder ou não à cirurgia é de caráter individual ou familiar. O que se encontra em jogo é a autonomia que reivindicam os surdos que fazem o implante, vendo o artefato como capaz de propiciar a cidadania através da independência lingüística e da liberdade de escolha e intervenção em seus corpos, o que se encontra essencialmente no escopo do individualismo ocidental.

As narrativas dos dilemas suscitados pelo implante coclear, dentre outras, apontam para o estatuto de “quase pessoa” dado às próteses e à ideia das próteses como fetiche, na medida em que esses objetos são corporificados e nomeados como pessoas pelos sujeitos, ou pelo menos possuem o status de algo além de um mero objeto. Nas palavras de Neves (2006, p. 133):

Processa-se uma fetichização da máquina, que prolonga o processo que se tinha acelerado com a mercadoria, passando a estabelecer-se uma relação de

caráter afectivo em que esta máquina já não é nem máquina, nem ser humano: estamos perante um híbrido.

**A ligação corpo-técnica em si não é recente e nem é o aspecto central do problema em relação ao implante coclear. A aceleração tecnológica dos últimos tempos provê tecnologias que rapidamente se tornam obsoletas, e isto adicionado ao fato de o implante transpassar o limiar do corpo e representar a hibridez entre categorias supostamente opostas (surdos e ouvintes, humanos e máquinas) é o que problematiza a questão do implante, um dos representantes de novas formas de se conceber a Pessoa dentro de uma possível “identidade ciborgue”. Lakshimi Lobato (2011) expressa sua condição de surda pós-linguística implantada:**

Eu sempre tive a sensação que a surdez havia separado minha alma em duas, porque eu me sentia ouvinte num corpo surdo. Eu era duas. Quando o implante foi ativado, eu tive a sensação que ele reunificou minha alma, o que é irônico, porque eu me transformei em metade humana, metade máquina. A partir deste dia, eu voltei a ser uma. Uma ouvinte cibernética<sup>21</sup>. [Tradução minha.]

Os surdos implantados têm suas identidades transformadas a partir da inserção e ativação do implante, seja pela aquisição de uma forma de percepção sonora ou pela própria inserção do aparelho de forma pungente, que ultrapassa fronteiras corporais. No surdo implantado, a aquisição da audição e da fala determina a condição de falante e de outra identidade composta por traços singulares. A partir do acoplamento técnico, os surdos implantados não são nem surdos e nem ouvintes. A inserção do implante no esquema corporal dos sujeitos surdos constitui um agenciamento que os transformam em algo além da pura soma de pessoa com artefato: numa terceira coisa, transformada e geradora de novos significados.

O indivíduo implantado pode construir sua identidade de forma híbrida e ser visto como uma categoria que participa do mundo ouvinte e do mundo dos surdos de forma dupla e de forma duplamente incompleta: é biologicamente surdo, mas nega a cultura Surda e deseja

---

21 “J’ai toujours eu la sensation que la surdité avait séparé mon âme en deux, car je me suis toujours sentie entendante dans un corps sourd. J’étais deux. Quand l’implant a été activé, j’ai eu la sensation qu’il réunifiait mon âme, ce qui est ironique car je devenais alors moitié humaine, moitié machine. A partir de ce jour, je suis redevenue une. Une entendante cybénertique.” (LOBATO, 2011)

neutralizar sua deficiência auditiva para se aproximar cognitivamente dos ouvintes. Leach (1983, p. 181) define o tabu, e aponta para categorias externas a extremos opostos:

A denominação tabu é dirigida “às categorias que são anômalas em relação àquelas que estão nitidamente em oposição. Se a e b são duas categorias verbais de tal modo que b é definido como aquilo que a não é e vice-versa, e se existe uma terceira categoria C, que faz a mediação desta distinção, com C compartilhando os atributos de A e de B, então C será tabu.

A “identidade ciborgue” do implantado pode representar uma espécie de tabu em diferentes aspectos: primeiro, por fazer a mediação entre categorias supostamente opostas: surdos e ouvintes. Segundo, por conta do próprio artefato que se imiscui nas fronteiras anatômicas, limite físico do indivíduo moderno (LE BRETON, 2002), mediando a fronteira entre humano e máquina.

Sendo a identidade também constituída pela representação social externa (CORREIA, 2010), considera-se na composição da identidade do implantado a representação que os Surdos constroem. Para eles, o implantado é basicamente alguém que sofre com a restrição advinda de uma cirurgia que proporciona vantagens muito pequenas em relação aos problemas a ela associados. Karin Strobel (2008b, p. 73), militante da “causa Surda”, descreve o receio que permeia os Surdos:

Houve casos de surdos que foram implantados quando eram crianças e depois de adultos se revoltaram, porque não tem liberdade para praticar esportes e não podem ter aproximação direta a monitores de televisão, computadores e forno de microondas quando os mesmos encontram-se em funcionamento, uma vez que a radiação eletromagnética presente nestes equipamentos pode ser capaz de alterar a função do circuito eletrônico do Implante Coclear e ocasionar alteração na qualidade do som e falha no envio da estimulação.

No próprio Dia Nacional Do Surdo houve uma palestra em que Surdos teciam diversas críticas e condenavam a utilização do implante ao dizer que a cirurgia mata em grande número e que o artefato atraía raios, dava eletrochoques no cérebro e com isso era capaz de gerar efeitos colaterais, além de poder atrair objetos metálicos que poderiam ser cortantes. Em diálogos que tive com os Surdos, eles me explicavam com seus sinais que o implante proibia a pessoa de praticar esportes, andar sob o sol, ir ao banco (por não poderem passar pela porta giratória detectora de metais) e assistir televisão.

Existem de fato algumas restrições quanto ao uso do implante, segundo pais e profissionais do CEAL, como a constante necessidade de desumidificação e limpeza da parte externa, e atender o telefone celular com o ouvido implantado pode gerar alguma interferência ou desativação da programação do artefato. Para a prática de esportes, retira-se a parte externa do aparelho e toma-se cuidado com pancadas na cabeça, e os implantados possuem uma carteira de identificação explicando que não passam por portas detectoras de metal. O implante tem de fato um ímã que serve para “plugar” o chip na antena, mas não atrai objetos. Por último, a própria evolução dos modelos do implante busca neutralizar dificuldades. Um aparelho lançado pela empresa *Cochlear*, denominado *Nucleus 5*, por exemplo, permite ao usuário atender o celular e ouvir músicas por sistemas de Bluetooth ou conexão direta com um cabo que pluga o implante ao reproduzidor de músicas ou ao computador, ampliando assim as possibilidades da protetização.<sup>22</sup>

Quando converso com Surdos, sinto sempre que eles estão abertos, por eu estar me comunicando em Libras, e alguns até me perguntam se eu sou Surda ou ouvinte. Quando pergunto “despretensiosamente” sobre o implante, no entanto, alguns passam a deixar de lado a polidez. Um amigo Surdo me explicou que “o implante mata”, e que se “Deus os fez assim, não há porque apelar pra cirurgias ou normalizações”. Há em alguns Surdos uma explicação cosmológica da surdez e comparações da cirurgia de implante coclear ao mero esteticismo, a uma extravagância equiparada a um par de silicones nos seios. Karin Strobel, em publicação numa revista virtual (RVCSO, 2011), mostra ainda a preocupação com o “assujeitamento” e com a possibilidade de a cirurgia não lograr resultados:

Nós, os povos surdos, não nos preocupam com o dito Implante Coclear e sim com os sujeitos surdos que são submetidos a esta cirurgia, que os mantém em malhas de poder ouvidocêntricas, isto é, que está centralizada numa concepção do “ser ouvinte”, porque não tem garantia que dará certo em 100% dos casos.

A concepção do implante em si remete a uma abordagem individualista no sentido de que é aplicável no corpo do indivíduo ocidental moderno, pensado como livre, autônomo e igual (DUARTE, 2003, p.173), ao passo que, por constituírem um grupo lingüístico sem

---

22 Informações extraídas do site da empresa, <http://products.cochlearamericas.com/cochlear-implants>. Último acesso em 02 de Maio de 2011.

fronteiras definidas dentro de uma sociedade nacional, os Surdos utilizam argumentos de inclusão e reconhecimento de uma cultura diversa, utilizando marcas que seriam menos individualistas, e mais holistas, dada a sua organização em uma “comunidade Surda”.

### **3.3 - Surdos com “S” maiúsculo – uma minoria linguística;**

Devemos, enquanto comunidade Surda e Povo Surdo, invadir a mídia e provar que a surdez não é doença e que não impede ninguém de possuir uma vida cotidiana nos padrões da sociedade atual. Sociedade que é constituída de e para ouvintes, isso é inegável, porém isso não deve ser mola propulsora para que deixemos de lutar por aquilo que acreditamos e pela propagação positiva dos Surdos, da Libras e da Cultura Surda.

(NASCIMENTO, Vinícius. Blog: “Em pauta, surdez e diferença”, 2009)

Os sujeitos surdos utilizam o canal visual para receber informações, produzir conhecimento e construir continuamente cultura. Para Edeilce Buzar (2009, p.106), eles “possuem um desenvolvimento atípico a partir de suas relações no contexto social, baseado em sua insuficiência orgânica, mas também em sua forma peculiar de interagir no mundo”. A imagem é utilizada pelos surdos como primeiro veículo de mediação semiótica na construção do conhecimento e da simbolização do universo, e conseqüentemente, na formação de suas identidades.

No atual contexto pós-moderno ocidental, as identidades são híbridas e constantemente transformadas por novas significações elaboradas durante a trajetória dos sujeitos, mas entram em certa consonância quando se direciona o olhar para a “cultura Surda”. O processo de construção da identidade Surda está ligado principalmente à forma de simbolização do mundo pela língua de sinais e à sua luta política, que é constituída e constitui ao mesmo tempo a identidade individual dos participantes da comunidade. Para Le Breton (2002, p.25), “en las sociedades occidentales de tipo individualista el cuerpo funciona como interruptor de la energía social; em las sociedades tradicionales es, por el contrario, el que empalma la energía comunitaria”. A Libras, como comunicação corporal, constitui papel fundamental no caráter eminentemente relacional e unificador da comunidade Surda.

Ao contrário de sociedades tradicionalmente estudadas pela antropologia clássica, os Surdos têm plena consciência de quais seriam os traços distintivos de sua cultura própria, em decorrência à freqüente contraposição à “cultura ouvinte”, apropriada em partes, mas nunca completamente. Os Surdos levantam a bandeira do biculturalismo e do bilinguismo ao afirmar que possuem sua própria cultura e se defrontam frequentemente com a cultura ouvinte e com os surdos que desejam a neutralização da surdez para se assemelhar tanto quanto possível a um ouvinte. No âmbito educacional, o chamado bilingüismo reúne a identidade surda e suas reivindicações político-educacionais em relação à sociedade ouvinte.

O sujeito pode ser “assujeitado” pela experiência do corpo deficiente, constituindo uma identidade política positiva que se dá pela consciência de si mesmo (MELLO, 2009). O objetivo básico de uma educação bilíngüe é fazer com que eles se livrem de um suposto “assujeitamento” por parte da cultura ouvinte ao permitir aos indivíduos surdos o acesso completo a uma língua dita “natural” (a Libras) que permite uma aquisição desta como primeira língua, utilizando técnicas de ensino de segundas línguas para o ensino da língua portuguesa. Para Quadros (1997,p.27), o bilingüismo é

Uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita

Nos Surdos, a aquisição da língua de sinais propicia o desenvolvimento de habilidades de abstração que a língua oral não lhes permite (QUADROS, 1997; BUZAR, 2009), e a necessidade de uma proposta bilíngüe se relaciona à aquisição de uma gramática interna que não é propiciada pela língua portuguesa, mas pela Libras. Nessa proposta, a língua de sinais ocupa o lugar de língua materna (L1), enquanto o português é dado como língua secundária (L2). O processo é reverso daquele que permeia a metodologia do implante coclear, em que o português constitui-se em L1 e quaisquer outras línguas, dentre elas a Libras, em L2.

Aprendi a me comunicar em Libras, e com o tempo percebi que a língua não possui sinais para artigos e preposições, a ordem sintática dos componentes das orações é invertida em relação ao português, ela tem elementos ausentes no português, como a expressão facial e corporal, determinante no que está sendo dito, e é ainda quadridimensional, abrangendo três características da comunicação gestual (profundidade, altura, largura) e incorporando a categoria *tema* na formação das estruturas frasais. O mesmo sinal possui diversas variações,

com seus diversos significados em intensidade, e não há a forma escrita da Libras. O neurologista e ensaísta Oliver Sacks (1998, p.136) explicita que as bases da existência das línguas de sinais estão inseridas nos pilares biológico e cultural:

No caso da língua de Sinais, aquilo que a distingue, seu "caráter", é também biológico, pois se alicerça nos gestos, na iconicidade, numa visualidade radical que a diferencia de todas as línguas faladas. A língua emerge – biologicamente – de baixo, da necessidade irreprimível que tem o indivíduo humano de pensar e se comunicar. Mas ela também é gerada, e transmitida – culturalmente – de cima, uma viva e urgente incorporação da história, de visões de mundo, das imagens e paixões de um povo. A língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a um outro modo sensorial; mas é também, e igualmente, uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas

Conforme Duarte (2003, p.176), “todas as sociedades são essencialmente holistas, na medida em que têm que pressupor um agenciamento de sentido, uma cosmologia, a priori e que têm de se fundar em algum tipo de ordem relacional nas suas formas societárias efetivas”. O bilinguismo, com a reivindicação de status de língua maternal para a Libras, torna-se uma proposta de aceitação da existência de uma “cultura Surda”, organizada com base no agenciamento de sentido propiciado pela língua de sinais, e uma forma de holismo supermoderno.

Os surdos e grupos de apoio (família, intérpretes, psicólogos e acadêmicos da lingüística) buscam, através da reivindicação de direitos relativos ao acesso a intérpretes, ensino e difusão da Libras e outros, retirá-los de uma suposta condição de “assujeitamento”, para que ele tome consciência da “condição bicultural” na qual ele vive, e como “biculturais”, é possível perguntar se os conflitos relativos à condição de “assujeitamento” da cultura Surda seriam interétnicos.

### **3.4 - Surdos vs. surdos: conflitos “interétnicos”?**

A luta pelos direitos da “cultura Surda”, representada pelo bilinguismo, tem como principal proposta de educação o ensino especial para Surdos. No entanto, para o Poder Público, a inclusão de surdos nas escolas significa colocá-los em turmas regulares, junto com

alunos ouvintes. A proposta é oposta à da comunidade Surda, que vê nas turmas exclusivas para alunos surdos a verdadeira forma de inclusão, através do ensino da Libras como primeira língua.

No Brasil, data de 1857 a primeira escola de surdos, no Rio de Janeiro, denominada Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos (ROCHA, 2007). O instituto, com turmas compostas somente de alunos Surdos, recentemente sofreu ameaças de fechamento pelo Ministério da Educação – MEC -, com base no argumento de que os surdos não necessitam de ensino especial. A diretora de políticas educacionais do MEC, Martinha Claret, afirmou que:

Do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não acredita que a condição sensorial institua uma cultura. As pessoas surdas estão na comunidade, na sociedade e compõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe cultura surda e que esse é um princípio segregacionista. As pessoas não podem ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdas. Elas são diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana. (LUCAS, 2010, 22)

Quando foi divulgada a nota que anunciava o fechamento do INES, houve uma acalorada comoção por parte das pessoas envolvidas com o instituto e com a “cultura Surda”. Em comentário à nota, que anunciava o fechamento da instituição para colocar seus alunos Surdos em instituições regulares de ensino, uma intérprete respondeu:

E aí? Vamos acabar com o bairro da Liberdade [em São Paulo], pois é ‘segregacionista’? Vamos explodir o município de Pomerode em Santa Catarina, pois a população fala alemão e preserva a sua cultura? Vamos acabar com a língua e a cultura dos índios brasileiros, quilombolas, comunidade judaica, comunidade árabe, comunidade italiana, e outros de imigrantes no Brasil? [...] por isso que existe a cultura surda, as pessoas se agregam para compartilhar a sua língua e a sua cultura.

A inclusão dos alunos Surdos usuários da Libras nas escolas regulares tem sido feita de forma a não atender suas “reais necessidades”, conforme professores, intérpretes, Surdos e suas famílias. A ideia é a de que “integrar um surdo numa escola ouvinte sem o suporte necessário é apenas tolerar sua presença” [tradução minha]<sup>23</sup>, e diante das atuais políticas de

---

23 “[...] intégrer un sourd dans une école d’entendants sans aménagement particulier, ce n’est que supporter sa présence (HUGUENOC, 2009, p.411)

inclusão mal sucedidas, a intenção de fechamento do INES representou para a comunidade Surda um “enorme retrocesso na educação do país”, ao passo que a mudança de paradigma do “atual oralismo” que definiria a maioria das instituições para o bilingüismo e a inclusão da Libras no ensino de Surdos representa uma evolução educacional.

A organização dos sujeitos Surdos é a de unificação da comunidade para constituição de poder político e de seu próprio círculo social, e sua luta é comparada à luta interétnica dos índios, quilombolas e imigrantes. Cotidianamente, os Surdos andam com outros Surdos: são seus melhores amigos, escolhidos para constituir família e convivência. Em algumas observações que fiz, a surdez foi vista como elemento definidor de amizade, e percebi que de forma geral os Surdos se afeiçoam de forma diferente e muito rápida. Conheci um rapaz e uma garota no mesmo dia em que eles se conheceram, numa festa<sup>24</sup>. Em pouco tempo, estavam casados e prestes a ter um filho. Para Ronice Müller de Quadros (1997, p.23), “Aqui no Brasil é muito comum pessoas surdas casarem com outras pessoas surdas. Normalmente as razões levantadas pelos casais surdos é o fato de ambos pertencerem à mesma comunidade, além da questão de usarem uma mesma língua”.

Os valores individualistas e o status da biomedicina ocidental conduzem o olhar do observador distante para um aparente isolamento por parte dos Surdos, apontado pelos defensores do implante coclear como uma forte dependência destes em relação à comunidade surda e aos intérpretes. Da mesma forma, um Surdo que já está imerso na rede simbólica da comunidade Surda e resolve fazer a cirurgia de implante é visto como um “traidor” da comunidade, porque o artefato representa o “extermínio da língua de sinais e da cultura Surda”. Os conflitos entre surdos e Surdos são de ordem conceitual, lingüística, educacional, social, política e essencialmente simbólica.

A experiência de etnografia no campo da surdez e o argumento fortemente defendido da “cultura Surda” me remetem ao primeiro grande choque antropológico que tive: em uma festa junina na Pastoral dos Surdos, todo mundo falava somente em Libras, e na época eu não

---

24 Em Brasília, uma festa Surda faz grande sucesso: a chamada “Superdeaf”, com música bem alta, comida e bebidas liberadas. A vantagem é que ninguém precisa gritar por conta do som alto: todos falam em Libras.

sabia nada além do alfabeto manual e de alguns cumprimentos básicos. O choque foi intenso, o que me fez perguntar se os Surdos que se dizem membros da “comunidade Surda” não sentem a mesma sensação de estrangeiros num mundo ouvinte que eu senti naquele dia, numa festa Surda. A “cultura Surda” é a cultura de um sentido diferente de objetificação do mundo através da visão. O próprio conteúdo dos diálogos entre Surdos é um pouco diferente de uma roda de amigos ouvintes. Certamente, suas experiências visuais têm uma dimensão auditiva diferente das pessoas que ouvem (INGOLD, 2006, p. 17), e certamente, ouvir com um implante coclear não deve ser a mesma coisa do que ouvir com um ouvido inteiramente biológico.

A sociedade pós-moderna ocidental, com a ideologia tecnológica da biomedicina e os paradigmas da ciência com valores de verdades universais, acaba por conduzir os sujeitos surdos à cirurgia coclear, mas a própria biomedicina também tem seu lugar entre os Surdos culturalistas. Um caso paradigmático de exercício ético é oriundo do discurso genético da surdez, que gera confronto entre comunidades Surdas e ouvintes por conta de seu apelo pela seleção de embriões surdos. Débora Diniz (2003, p.179) explicita que “o princípio da busca pelo semelhante, um valor para todas as políticas sociais de adoção, seria o motivo do desejo de futuros pais surdos por embriões surdos”.

Testes genéticos de diagnóstico preditivo fazem parte dos exames pré-natal, e na tensão entre informação genética e escolha moral pra detectar uma pré disposição à surdez está imersa a dúvida sobre o impacto moral dessa informação (DINIZ, 2003). A autora aponta para uma irresponsabilidade do ponto de vista moral que pode impor limitações graves ao futuro da criança surda a ser gerada, e a discussão se manifesta num conflito moral de partes absolutamente discordantes.

O que há por trás da controvérsia gerada pela possibilidade de aborto de embriões ouvintes são as diferentes formas de conceber e qualificar o status de humano, e a dificuldade está em encontrar referências para a diversidade humana, que muitas vezes elege princípios e valores incompatíveis entre si (DINIZ, 2003). Em contexto diverso, do questionamento quanto ao estatuto moral do embrião, Salem (1997) sustenta que “o próprio modo de formular o dilema envolvido na manipulação de embriões evidencia que, em última instância, está-se discutindo a *Pessoa*: o que significa ser essa pessoa e quais as qualidades que instalam em um ser humano essa condição”.

No debate sobre o embrião, as tensões que cercam o individualismo ocidental se manifestam através do dissenso em relação ao ponto em que um embrião é uma não-pessoa, pré-pessoa e torna-se Pessoa, o que pode ser trabalhado com base em supostos culturais compartilhados (SALEM, 1997). O embrião está imerso nas representações basilares do ideário individualista de existência independente das relações sociais e de identificação como ser único, singular e irreduzível, e a partir da inclinação de identificar a Pessoa como um Indivíduo, as tentativas de substantivar a identidade do embrião privilegiam a questão do *quando* ele se afirma como Pessoa.

Outro dilema enfrentado pelos Surdos, especialmente os adolescentes atendidos pelo CEAL, está no fato de que eles não possuem o implante coclear, tanto porque o grupo de técnicos que executa as cirurgias delimita e dá preferência às crianças mais novas quanto pela própria preferência deles pela Libras. Mas em conversa durante uma observação em sala, um dos estudantes do ensino médio diz (em Libras) que nenhum dos jovens gosta de verdade de estar no CEAL, que só o freqüentavam porque os pais mandam: “era só eu perguntar pra qualquer um”. Apesar do ódio declarado de alguns Surdos (e mesmo pesquisadores do campo da surdez) em relação ao CEAL, os próprios Surdos o freqüentam “a mando dos pais” ou para trocar as baterias e ajustar os seus aparelhos amplificadores.

Os aparelhos amplificadores, utilizados pela maioria dos Surdos, propiciam uma melhor localização espacial e a apreensão de alguns ruídos, mas não geram tanta polêmica quanto o implante coclear gera. Para o padre Giuseppe, o que se coloca em Brasília para os Surdos é uma questão de jogo de poder, onde os surdos sinalizados, por não poderem fazer parte do universo ouvinte, reivindicam direitos e mais direitos, além de atacar os defensores da adaptação a este “mundo ouvinte”.

A grande questão é que algumas pessoas que defendem a Libras apontam o CEAL como *oralista* porque o centro não estimula a utilização da Língua de sinais pela criança implantada, (sendo algo temporal, visto que se utilizada ela atrapalha o desenvolvimento fonoterapêutico das crianças implantadas, segundo profissionais do centro), mas sua metodologia não é assumida como tal, e sim participante da *comunicação total*, que valoriza todos os recursos a fim de encontrar o que for mais útil à pessoa. A partir da escolha pelo implante, assim como a escolha por qualquer outra metodologia, a busca pelo melhor método se encerra (ainda que não seja de forma permanente), visto que a partir da cirurgia deve ser dada ênfase no desenvolvimento oral-auditivo da criança.

Conversei com pais que me relataram que há algumas famílias com membros que defendem a Libras e membros que defendem a cirurgia de implante, o que gera literalmente uma briga pelo futuro da criança. O problema é que, sendo a escolha por um método tardia ou havendo alternância das metodologias durante o desenvolvimento da criança, sua competência lingüística é prejudicada. Conforme Silva, Pereira e Zanolli (2007), “se estas crianças não receberem um atendimento adequado e desenvolverem uma competência linguística, terão sérios problemas para constituírem-se como sujeitos ativos, participantes de uma sociedade” (p. 279).

Em meio a tantos conflitos entre surdos e Surdos e como observadora de ideologias que se pretendem opostas, o meu papel etnográfico continha certa hibridez em relação à alternância de imersões em campo. Esse meu hibridismo em campo acabou por gerar alguns constrangimentos durante a pesquisa, afinal eu não pretendia escrever exclusivamente sobre o implante coclear e nem sobre a cultura Surda somente, mas sim comparar as duas propostas de construção corporal de sujeitos surdos no contexto do individualismo ocidental, da construção de Pessoa e das tecnologias pós-modernas.

Ocorre que, em campo, muitas pessoas que eu encontrava faziam a defesa inflexível de um dos lados com um respeito muitas vezes dissimulado ao outro lado, o que me levou a uma espécie de “saia justa” antropológica, como bem detalham Alinne Bonetti e Soraya Fleischer (2007). Não me senti exposta a marcações de gênero em campo, mas houve uma demanda de posicionamento político por parte de lados divergentes, e acabei passando por algo comum entre antropólogos e antropólogas, mas que geralmente não é mostrado nas pesquisas. Foi como se as pessoas tivessem me oferecido apoio e informações em troca de argumentos favoráveis e, para adentrar no campo de um dos lados, eu precisasse me comprometer a defendê-lo.

Além do “jogo de cintura” que tive que desenvolver no campo, quando eu explicava o tema da minha pesquisa às pessoas que não conheciam o assunto, poderia esperar um recorrente “Tá, mas qual dos lados você vai defender?”. O meu objetivo foi justamente eliminar tendências a um dos lados que pudessem impedir uma análise etnográfica coerente sem maiores complicações. O conflito político e ideológico me fez questionar sobre meu papel em campo, qual o lugar de alguma eventual simpatia que surge nas minhas relações durante a pesquisa, e, principalmente: “Quais os limites do engajamento solicitado aos pesquisadores?” (BONETTI & FLEISCHER, 2007, p. 35).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se você já foi tecnologicamente modificado de qualquer forma significativa, de um marcapasso implantado a uma vacina que reprogramou seu sistema imunológico, então você é definitivamente um ciborgue<sup>25</sup>. [Tradução minha] (GRAY, 2001 p. 02)

A cegueira e a surdez geram formas de apreensão do mundo diferentes entre si, em relação aos que possuem seu aparato visual e auditivo “íntacto” e no próprio contexto de cada déficit, através do grau de dificuldade apresentado, do tipo de surdez ou cegueira, do fato de ser congênita ou adquirida e do tipo de abordagem escolhida para lidar com essas diferenças sensoriais. Estão em jogo diferentes construções de corpo, de sentidos cognitivos e de Pessoa, o que gera muitos debates e conflitos no campo da surdez, em que sobressaem duas principais visões conflituosas: a que defende a aplicação do implante coclear, a favor da tecnologia que visa neutralizar uma deficiência, e a da “cultura Surda”, a favor da propagação da Língua Brasileira de Sinais e da instituição de uma positividade da diferença entre surdos e ouvintes.

Tomando por contexto uma sociedade ocidental pautada em valores individualistas englobantes, mas considerando que nela estão englobados ambos os códigos, holistas e individualistas, há então variadas formas de articulação e preeminência de um ou outro conforme as nuances dos posicionamentos ideológicos. Para Machado (2001, p.06), há o desafio de:

(...) não tornar o sentido do individualismo monolítico, diferenciando-se, no mínimo, a presença de uma noção de indivíduo centrada nos direitos de cidadãos e a de outra centrada nos interesses auto-referidos e no valor da “escolha” e da opção auto-direcionada.

Não contraponho as duas ideologias de forma a substancializar seus lugares na sociedade atual, mas considero que o que marca o argumento em favor de uma “cultura Surda” são valores que podem ser equiparados ao escopo ideológico holista, de

---

25 "If you have been technologically modified in any significant way, from an implanted pacemaker to a vaccination that reprogrammed your immune system, then you are definitely a cyborg,"

estabelecimento de valores coletivos e compartilhamento de significados próprios internos à comunidade da qual fazem parte. Enquanto produtora de sentidos comunicados e compartilhados, a Libras é representante de um sistema simbólico em constante transformação, o que possibilita o argumento a favor da existência da “cultura Surda”

O debate em torno da surdez (e de outras deficiências) tem em seu conteúdo a contestação de um corpo pré-definido, em defesa do conceito de corpo e Pessoa como categoria social, e portanto, construída simbolicamente. O diferencial das discussões sobre deficiência em relação às discussões sobre desigualdade de gênero, por exemplo, é que nas últimas há consenso de que a biologia não determina desvantagem social, enquanto na primeira, o argumento é inócuo (DINIZ, 2007). A diferença sensorial é “desvantagem biológica” determinante da forma de apreensão de mundo de um surdo ou de um cego, e o que foi observado dentro de ambos os campos opostos de observação no caso da surdez é que para seus representantes o avanço na integração dos sujeitos surdos está na compreensão de que a deficiência gera diferentes expressões conforme identidades e o conceito de Pessoa de que se está sendo apropriado.

Assim sendo, propostas unidirecionais de inclusão (como a que preconiza que surdos devem usar a Libras e cegos devem usar o Braille) são formas de uniformização de sujeitos que experimentam seus sentidos e se comunicam com o mundo de forma específica. Para a elaboração de qualquer política de inclusão é necessário que se relativize a “natureza” dos sentidos e não se parta para argumentos de que uma falta em um sentido gera necessariamente uma determinada deficiência. A necessidade latente de comunicação leva os corpos deficientes a se adaptar das mais diversas maneiras.

O corpo reflete o diálogo entre o biológico e o simbólico na construção da subjetividade e materializa a relação da sociedade com o sujeito. O corpo surdo sempre irá se utilizar de alguma técnica para estabelecer comunicação com o mundo, e ainda que as reivindicações sejam opostas quanto ao recurso a meios técnicos e ao modo de manipular as informações, os surdos observados estão em meio a uma sociedade onde a técnica é preeminente no discurso sobre a Pessoa, e onde a utilização das tecnologias figura como central no estabelecimento de relações entre os indivíduos. O surdo implantado é, no entanto, quem materializa a transformação sociotécnica do agenciamento de corpo e máquina através do implante coclear, e representa, fisicamente, um passo na construção do ciborgue que introduz em seu esquema corporal uma máquina.

A existência de um híbrido humano-máquina nos intima a perguntar sobre a natureza do humano, e o dilema do ciborgue, em que a máquina é construída e ao mesmo tempo construtora de seu autor ou possuidor, está justamente numa redefinição de humano na modernidade, dada a partir da constatação de Pessoa como categoria relativa. Segundo Kim (2004, p.199):

Resultados de um processo de reinvenção cultural, o ciborgue e o ciberespaço são referências emblemáticas de uma nova ordem do real que projeta o sistema antigo de interpretação da realidade sob novas formas, restringidas pelas dadas possibilidades históricas e culturais de significação.

O corpo ciborgue revela de forma mais explícita a noção de construção corporal e de maleabilidade de seus sentidos. Sendo o corpo símbolo, transformador e transformado por novos *habitus*, a direção que toma a sociedade do Ocidente, que caminha rumo à crescente tecnificação do corpo humano por meio de próteses e implantes de toda ordem, leva a questionar se o caráter orgânico do corpo estaria comprometido, uma vez que o status de natural já não expressa mais sua condição, dada a representação de Pessoa construída na pós-modernidade.

Ortega (2006) observa uma afinidade do modelo de corpo oferecido pelo construtivismo social com o das biotecnologias, em que ambos enfatizam a maleabilidade do corpo, rejeitando sua materialidade. Para o autor, há uma crescente tecnificação do corpo, em que:

(...) os corpos tornam-se progressivamente biônicos por meio da incorporação de marcapassos, válvulas, quadris de titânio, olhos eletrônicos, implantes cocleares e todo o tipo de próteses orgânicas e inorgânicas que marcam cada vez mais a interface entre o corpo e a máquina (p. 382).

O autor conclui que o que há não é o fim do corpo, mas uma transformação. Os obstáculos e resistências do ambiente são necessários ao sentido da existência dos seres e à relação criativa com o mundo. Por isso, a materialidade do corpo não desaparece com sua mecanização, ela se transforma, gerando novos significados e se imiscuindo na estrutura simbólica das comunidades: formando *habitus*. Apesar de haver um constante reordenamento induzido pelas inovações biotecnológicas, as bases da ideologia moderna não se reconfiguram

na mesma intensidade. As categorias se rearranjam com vigor e agilidade para dar conta dos fenômenos emergentes, mas as noções de indivíduo, natureza e mercado continuam operando e organizando o funcionamento de novas técnicas.

Por ser um procedimento relativamente novo, em Brasília esta pode ser considerada a primeira geração de crianças que estão aprendendo a sentir o mundo sonoro com o implante coclear. Há nos pais dessas crianças uma noção de depósito em seus futuros com a implantação, para que depois da aquisição da língua portuguesa, possam “reivindicar seus direitos” sem depender do suporte de uma comunidade. Para seus defensores, o implante possibilita que elas “tenham cidadania no futuro”. O ciborgue representa, então, a própria superação das limitações orgânicas individuais, no sentido de restaurar um estatuto de normalidade. Para Le Breton (2009 [1999], p. 204), “o ciborgue visa, portanto, ser um paliativo das insuficiências do corpo, outorgando à vontade uma prótese que permite superar as dificuldades que ela encontra ao longo do tempo”.

Se falar de implante é falar de ciborgue, falar de ciborgue é falar de futuro. Há que se considerar aqui que novas tecnologias e atualizações podem deixar o Implante Coclear obsoleto. As versões mais atuais do implante já não possuem o regulador conectado por fio presente nas primeiras versões, mas sim pela tecnologia *Bluetooth*, e os que não podem fazer a cirurgia coclear devido a problemas na cóclea ou no nervo auditivo podem inserir eletrodos na mais recente tecnologia a chegar em Brasília: o implante direto no tronco cerebral<sup>26</sup>.

Para além do atual objetivo de (re)habilitação, os avanços tecnológicos podem render ao implante coclear outros caminhos, como o caráter de melhoramento de performance, manifestação da cibercultura. É possível projetar uma imagem de um implantado que utiliza o agenciamento sociotécnico para proporcionar uma audição mais aguçada do que a normal, ou ainda é possível que se desenvolvam tecnologias em que não seja necessário implantar um eletrodo, mas células tronco, por exemplo. A existência da técnica é incontornável, mas há toda uma problematização na sua aceleração e no seu ritmo em relação a outras concretizações (NEVES, 2006). Para Kim (2004, p.210):

---

26 O Implante Auditivo Tronco Cerebral (ABI) possui uma tecnologia semelhante ao implante coclear, mas ao invés de ser implantado na cóclea ele é colocado diretamente no centro nervoso dos núcleos cocleares, que fica no encéfalo. Até a minha última presença em campo, duas crianças do CEAL haviam feito esta cirurgia.

O ciborgue anuncia a imagem de um homem “melhorado” com a acoplagem da tecnologia e cada vez mais além das limitações de desempenho dotadas pela natureza: a “performance” é a noção fundamental para a reformulação da imagem do ser humano na direção da imagem do pós humano.

Se a imagem do ciborgue nos faz repensar a subjetividade humana, a realidade do ciborgue nos obriga a deslocar essa subjetividade, não em termos de indivíduos, mas de fluxos (TADEU, 2000, p.13). O mundo seria constituído de correntes e circuitos e o humano como unidade se dissolveria. Falar sobre valores individualistas pautando a sociedade ocidental é correr o risco de mascarar uma realidade que se apresenta: as transformações técnicas tendem a dissolver a unidade do ser humano, tal como pensada no individualismo, transformando tudo em eletricidade.

Quando se pensa que a tendência do mundo tecnológico é dissolver o indivíduo em conexões cada vez mais uniformes, o implante coclear deixa seu carácter essencialmente individualista para representar um passo em direção à construção de uma ordem social em que as pessoas dividem um código: o de zero e uns. Da mesma forma, enquanto não houver uma tecnologia que consiga dar a audição a qualquer tipo de surdo bem como o acesso universal a essas tecnologias, a comunidade e a “cultura Surda” não serão ameaçadas. A resistência pode inclusive coexistir com o surgimento de novas tecnologias e até mesmo “sobreviver” ao domínio biomédico.

Quando se projeta uma sociedade em que cada indivíduo representa um nó na composição de uma grande rede tecnológica e é progressivamente dissolvido nas tramas eletromagnéticas da informação, há que se levar em conta uma necessária alteração de valores em direção a uma espécie de holismo pós moderno interconectado pela tecnologia. Os clássicos dualismos antropológicos, natureza x cultura, biológico x tecnológico; social x pessoal; holismo x individualismo, contém em si a fórmula de seus próprios opostos.

Da mesma forma, observar o implante coclear privativamente sobre um pano de fundo individualista e a utilização da língua de sinais para afirmação da existência de uma cultura específica exclusivamente sobre um pano de fundo holista é construir um ponto de vista no qual as ideologias aparentam ser opostas à mesma medida que ideais. O individualismo apresentado como marca de quem opta pela aplicação do implante coclear revela também mecanismos de uma perspectiva holista, em que se pese o avanço tecnológico vertiginoso que transforma tudo e todos em pontos de uma grande rede, ao passo que as características holistas da língua de sinais que une uma comunidade também apresentam marcas do individualismo quando esta comunidade manifesta seus desejos de ter autonomia e independência. A “desnaturalização” dos sentidos cognitivos é essencial na compreensão da constituição da Pessoa através da surdez e de suas identidades múltiplas, conforme múltiplos graus, múltiplos tipos de surdez e múltiplas opções de gerenciamento do déficit auditivo, bem como na ampliação do debate frente às políticas públicas e à sociedade como um todo.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZIZE, Rogerio Lopes. *A nova ordem cerebral: a concepção de 'pessoa' na difusão neurocientífica*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2010.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In. Ortiz, R. (org). Pierre Bourdieu, *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. Pgs 46-81.

BRASIL. Decreto nº 5.626/05. Regulamenta a Lei n 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei n 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei Federal nº10.436/02. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BUZAR, Edeilce Aparecida Santos. *A singularidade visuo-espacial do sujeito surdo: implicações educacionais*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2009.

CHOROST, Michael. *Rebuilt: how becoming part computer made me more human*. Boston: Houghton Mifflin Company, 2005.

COCHLEAR TRADEMARK. *Easiest connexions*. disponível em: <<http://products.cochlearamericas.com/cochlear-implants/nucleus-5-system/getting-connected>>. Último acesso: 12/03/2011

CORREIA, Maria Augusta de Andrade. *Qual a identidade pessoal e social da criança surda com Implante Coclear?* Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Porto, 2010.

COUTO, Edvaldo Souza. *O homem satélite: estética e mutações do corpo na sociedade tecnológica*. Ijuí: Unijuí, 2000. 292 p.

DANIEL, Acácia. *SES assina contrato com Centro de Audição e Linguagem*, 2008. Disponível em [http://www.saude.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD\\_CHAVE=68879](http://www.saude.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=68879) – acesso em 09/11/09.

DOUGLAS, Mary. *The two bodies*, in : *Natural symbols: explorations in cosmology*. New York: Pantheon Books, 1982. (1973).

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença*. *Ciênc. saúde coletiva*[online]. 2003, vol.8, n.1, pp. 173-183.

DUMONT, Louis. *Homo hierarquicus. O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EdUSP, 1992 [1966].

\_\_\_\_\_. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas(a)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FENEIS. *Escola de surdos x escola inclusiva*. Publicação trimestral da federação nacional de educação e integração dos surdos, nº40, jun/ago 2010. Pg.23.

FOULCAUT, Michel. *Os anormais*, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. *A Ética do Cuidado de Si como Prática de Liberdade*. In: \_\_\_\_\_. *Ética, Sexualidade, Política - Ditos e Escritos*, vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287

GLOBO VÍDEOS. *Conheça o trabalho do Centro Educacional da Audição e Linguagem*. Disponível em: <http://video.globo.com/videos/player/noticias/0,,gim1485499-7823-conheca+o+trabalho+do+centro+educacional+da+audicao+e+linguagem,00.html>> Último acesso: 16/04/2011.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAY, Chris Hables. *Cyborg citizen: politics in the posthuman age*. Nova York: Routledge, 2001.

GREENEMEIER, Larry. *Implante de retina aprovado para uso na Europa*. In: *Revista Scientific American*, março de 2011. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/implante\\_de\\_retina\\_aprovado\\_para\\_uso\\_na\\_europa.html](http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/implante_de_retina_aprovado_para_uso_na_europa.html)> (último acesso em 20 de Abril de 2011)

HERTZ, R. A. *A preeminência da mão direita: um estudo sobre as polaridades religiosas*. *Revista Religião e Sociedade*, v. 6, 1980, p. 99-128.

HUGOUNENQ H., *Les sourds aux prises avec l'intégration*. Ethnologie française 2009/3, Tomo XXXIX, p. 403-413.

INGOLD, Tim. *Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano*; in: Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP; Ano 2 versão 3.0. São Paulo, 2008.

KIM, Joon Ho. *Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural*. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 10 n°21. P. 199-209, jan/jun 2004.

KUNZRU, Hari; HARAWAY, Donna J; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pos-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEACH, Edmund. *Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal*, in: Antropologia. São Paulo: Ática, 1983.

LE BRETON, David. *Antropología Del cuerpo y modernidad*. Buenos aires ; Nueva Visión, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Sociologia do Corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao corpo – Antropologia e Sociedade*. Ed. Papyrus, São Paulo, 2009 [1999].

LOBATO, Lakshimi. *Cyblog - Blog de uma usuária do implante coclear*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wlgqN57eJ6Y>> Último acesso: 20/05/2011.

LUCAS, Regiane. *Conferência Nacional de Educação rejeita proposta que apoia escola de surdos*. Revista da FENEIS n° 40 – Jun/ago 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. *Famílias e Individualismo: tendências contemporâneas no Brasil*. Série Antropologia, n°291. Brasília, 2001.

MAIR, Lucy Philip. *Introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MAUSS, Marcel. *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do 'eu'*; in: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ed. USP, 1974. Pp. 207-241

MELLO, A. G.; TORRES, E. F. *Accesibilidad en la comunicación para sordos oralizados: contribuciones de las tecnologías de información y comunicación*. In: *Congreso Iberoamericano de Informática Educativa Especial, 5*, Anais... Montevideo, 2005.

MELLO, A. G.; MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F. *Nem toda pessoa cega lê em Braille, nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.2, maio/ago 2007.

\_\_\_\_\_. *Por uma abordagem antropológica da deficiência: pessoa, corpo e subjetividade*. Trabalho para conclusão de curso para bacharel em ciências sociais. Florianópolis. UFSC: 2009.

MELODY, Sun. *Momentos biônicos*, em: Blog - “Sou uma cyborgue”. Disponível em <<http://ouvido-bionico.blogspot.com/>> Último acesso: 02/12/2010

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Censo demográfico 2000*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtml>> Último acesso: 12/03/2011.

MONTEIRO, Myrna Salerno. *História do movimento dos surdos e reconhecimento da LIBRAS no Brasil*. Revista Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, 2006

NASCIMENTO, Vinícius. [Repúdio: Otorrinolaringologistas degrenando a Libras e o Surdo na TV Globo... mais uma vez!](#) Em Blog: “Em pauta, surdez e diferença” Disponível em: <[http://empautasurdezediferenca.blogspot.com/2009\\_11\\_01\\_archive.html](http://empautasurdezediferenca.blogspot.com/2009_11_01_archive.html)> Último acesso: 15/03/2010.

NEVES, José Pinheiro. *O apelo do objeto técnico: A perspectiva sociológica de Deleuze e Simondon*. Campo das Letras, Porto, 2006.

ORTEGA, Francisco. *Corporeidade e biotecnologias: uma crítica fenomenológica da construção do corpo pelo construtivismo e pela tecnobiomedicina* Revista Ciência & Saúde Coletiva, 12(2):381-388, 2007

PINTO, Elaine Soares Monteiro. *Análise dos procedimentos de seleção de crianças para o implante coclear*. tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, São Paulo: Unicamp, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de. *Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão*, in *Ponto de Vista*, nº. 05, Florianópolis, 2003

\_\_\_\_\_. *O bi do bilingüismo na educação de surdos*. Em *Surdez e bilingüismo*. Eulalia Fernandes (org.). Editora Mediação: Porto Alegre. 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre, Artmed, 1997.

REVISTA VIRTUAL DE CULTURA SURDA E DIVERSIDADE - RVCSD. *Entrevista com Karin Strobel*. Disponível em: < <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=131>>. Último acesso: 08/05/2011

RIBEIRO, Paulo. *Implantes devolvem esperança de voltar a ouvir*. Disponível em: <[http://www.hub.unb.br/noticias/bancodenoticias/implante\\_coclear\\_17\\_07\\_10.html](http://www.hub.unb.br/noticias/bancodenoticias/implante_coclear_17_07_10.html)> Último acesso: 29/04/2011

ROCHA, Solange. *O INES e a educação de surdos no Brasil*. Vol.1, Rio de Janeiro: INES, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Nomenclatura na área da surdez*. São Paulo: Arquivo da Prefeitura de São Paulo, 2002

SACHS, Oliver. *Ver e não ver*. In Oliver Sacks. *Um Antropólogo em Marte*. Sete histórias Paradoxais. São Paulo: Cia das Letras, 1995

\_\_\_\_\_. *Vendo vozes – uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das letras, 1998

SALEM, Tania. *As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa*. in: *Mana* 3(1); 75-94, 1997.

SANTANA, Ana Paula e BERGAMO, Alexandre. *Cultura e identidade surdas. Encruzilhada de lutas sociais e teóricas*, (n.d.), 2005.

SANTOS, Wenderson Rufino do. *Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria*. Physis Revista de Saúde Coletiva, 18 [3]: Pgs 501-519, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva e; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; ZANOLLI, Maria de Lurdes. *Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 23, n. 3, 2007 .

SOUSA, Eloisa Godinho de. *Surdez e significado social*. São Paulo: Cortez, 1982

SKLIAR, Carlos, MASSONE, Maria I., VEIMBERG, Silvana, *El acceso de los niños sordos al bilingüismo y biculturalismo*. Madri: Infancia y Aprendizage, 1995.

\_\_\_\_\_. Bilinguismo e Biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. Trabalho encomendado apresentado na XX Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1997.

\_\_\_\_\_. *Estudos surdos e estudos culturais em educação*. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael de (Orgs.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.

STIX, Gary. *A aventura de conectar cérebro-máquina*. Scientific American Brasil, Ano 7, nº 79. Dezembro de 2008. Pp. 56 – 61

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis. Editora UFSC. 2008. (p.90)

\_\_\_\_\_. *Surdos : Vestígios culturais não registrados pela história*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Deafness and hearing impairment*. 12/03/2011. <[http://www.who.int/features/factfiles/deafness/01\\_en.html](http://www.who.int/features/factfiles/deafness/01_en.html)>

WRIGLEY, O. *The politics of deafness*. Washington: Gallaudet University Press. 1996.

#### IMAGENS:

1. IMPLANTE COCLEAR – Site oficial. *Implante coclear (Componente externo e interno)*, em <<http://www.implantecoclear.com.br/>> Último acesso: 03/12/10
2. EASY AU PAIR. *DaVonni's cochlear implant*, em <<http://www.easyaupair.com/viewprofilefamily/19840/>> Último acesso: 30/04/2011

3. GREENMEIER, Larry. *Imagem cortesia da Second Sight Medical Products, Inc.* Em: [http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/implante\\_de\\_retina\\_aprovado\\_para\\_uso\\_na\\_europa.html](http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/implante_de_retina_aprovado_para_uso_na_europa.html)> Último acesso: 32/04/2011